

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**FONTES DE FINANCIAMENTO AO DESENVOLVIMENTO:
O CASO DE MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA**

THAÍS NEVES

Florianópolis, março de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

FONTES DE FINANCIAMENTO AO DESENVOLVIMENTO: O CASO DE MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas pra obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: Thaís Neves

Orientador: Prof. Fernando Seabra

Área de Pesquisa: Financiamento do Desenvolvimento Econômico

Palavras Chave: 1. Endividamento;
2. Financiamento Público;
3. Fontes de Financiamento;
4. Investimento.

Florianópolis, março de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota _____ a aluna Thaís Neves na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Fernando Seabra

Presidente

Prof.

Membro

Prof.

Membro

AGRADECIMENTOS

À DEUS.

Agradeço aos meus pais, Ademir Neves e Selvina Maria Rohdena. Minha mãe pelo amor incondicional e dedicação, nunca medindo esforços por nós. Meu pai, mesmo de longe sempre presente em minha vida, me incentivando e emanando amor e saudades em meu coração.

Agradeço, também, aos meus irmãos: Marcos, Aline e Lucas, pelo simples fato de existirem. Ao meu sobrinho, Arthur, pelos momentos de descontração.

Ao meu amor, Felipe, pelo carinho e dedicação nesse caminho percorrido juntos. Agradeço todos os dias por ter você em minha vida.

Aos meus amigos da Economia: Karen, Valdir, André, Fernanda Schlickmann, Fernanda Maria, Mariana e Ligia. Nesses cinco anos vocês foram em muitos momentos grandes incentivadores. AMIGOS

Aos professores do curso, em especial Patrícia Arienti, Helton Ouriques, Lauro Mattei, Roberto Meurer, Hoyedo Lins. Ensinaram-me a compreender a economia e aprender com ela.

Ao mestre Fernando Seabra, pelo conhecimento que me instigou a ser sua orientada.

A todos que de alguma maneira participaram na elaboração deste trabalho e colaboraram para o aumento no nível de conhecimento sobre o tema.

RESUMO

O presente trabalho remete, inicialmente a descrição das falhas de mercado e das justificativas para intervenção do Estado, seguidas das alternativas de financiamento do setor público. Depois são analisados conceitos e histórico do planejamento no Brasil bem como o novo modelo de planejamento integrando o PPA, LDO, LOA e a LRF. Posteriormente foram relacionadas às fontes de financiamento para Projetos de Desenvolvimento, já que as restrições orçamentárias da administração pública são grandes, e as necessidades de investimentos enormes. Foram analisadas nove fontes, sendo duas nacionais e sete internacionais / multilaterais. A partir da prospecção das fontes, foram evidenciadas as áreas de atuação, taxas, prazos de amortização e carência, além dos valores disponíveis para financiamentos de projetos de desenvolvimento. Além disso, é apresentado um resumo de como solicitar financiamentos internacionais. Foram evidenciados os municípios tema da monografia Florianópolis, Joinville e Chapecó, mostrando suas características econômicas, receitas e despesas, capacidade de pagamento, limite de endividamento, garantias, condições dos municípios para a captação de recursos e as operações de crédito em andamento dos anos 2004/ 2005. Mostra-se também uma análise comparativa entre as operações ocorridas nos municípios de Florianópolis, Joinville e Chapecó, além de uma breve análise das operações externas em diversos municípios brasileiros comparativamente a Santa Catarina. Evidenciou-se que a necessidade de financiamento entre os administradores públicos e o controle exigido pela LRF, estimulou o avanço no número de operações e conseqüentemente deu maior poder para investimentos em projetos de desenvolvimento dos municípios.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A integração PPA, LDO, LOA.....	33
Figura 2: Objetivos para o PPA.....	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Condição de Financiamento de programas do BNDES.....	43
Tabela 2: Condições de Financiamento do BIRD.....	56
Tabela 3: Condições de Financiamento do BID.....	56
Tabela 4: Condições de Financiamento do JBIC.....	57
Tabela 5: Condições de Financiamento do CAF.....	57
Tabela 6: Condições de Financiamento do FONPLATA.....	58
Tabela 7: Condições de Financiamento do EIB.....	58
Tabela 8: Condições de Financiamento do KFW.....	59
Tabela 9: Evolução despesas/receitas Florianópolis.....	63
Tabela 10: Limite de Endividamento de Florianópolis.....	64
Tabela 11: Limites para concessão de Garantia – Fpolis.....	65
Tabela 12: Operações de crédito em andamento no ano de 2004 – Fpolis.....	66
Tabela 13: Operações de crédito em andamento no ano de 2005 – Fpolis.....	68
Tabela 14: Evolução despesas/receitas Joinville.....	71
Tabela 15: Limite de Endividamento de Joinville.....	72
Tabela 16: Limites para concessão de Garantia – Joinville.....	72
Tabela 17: Operações de crédito em andamento no ano de 2004 – Joinville.....	74
Tabela 18: Operações de crédito em andamento no ano de 2005 – Joinville.....	76
Tabela 19: Operações de crédito em andamento no ano de 2004 – Chapecó.....	79
Tabela 20: Limite de Endividamento de Chapecó.....	79
Tabela 21: Limites para concessão de Garantia/Chapecó.....	80
Tabela 22: Operações de crédito em andamento no ano de 2004 – Chapecó.....	81
Tabela 23: Operações de crédito em andamento no ano de 2004 – Chapecó.....	83
Tabela 24: Comparativo entre os municípios selecionados.....	85
Tabela 25: Financiamentos com recursos externos nos mun. pesquisados.....	88
Tabela 26: Financiamentos externos em algumas cidades/estados brasileiros....	90

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Relação Gastos Correntes e Investimentos – Florianópolis/2004.....	67
Gráfico 2: Relação Gastos Correntes e Investimentos – Florianópolis/2005.....	69
Gráfico 3: Relação Gastos Correntes e Investimentos – Joinville/2004.....	75
Gráfico 4: Relação Gastos Correntes e Investimentos – Joinville/2005.....	77
Gráfico 5: Relação Gastos Correntes e Investimentos – Chapecó/2004.....	82
Gráfico 6: Relação Gastos Correntes e Investimentos – Chapecó/2005.....	84

LISTA DE ABREVIATURAS

BADESC – Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
BEI – Banco Europeu de Investimento
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CAF – Corporação Andina de Fomento
COFIEEX – Comissão de Financiamentos Externos
FONPLATA – Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata
ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS – Imposto Sobre Serviços
JBIC – Banco do Japão para Cooperação Internacional
KFW – Crédito para a Reconstrução
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIB – Produto Interno Bruto
PMAT – Programa de Modernização da Administração Tributária
PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis
PPA – Plano Plurianual
PPP – Parcerias Público Privadas
SEAIN – Secretaria de Assuntos Internacionais
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TCE-SC – Tribunal de Contas de Santa Catarina

SUMÁRIO

RESUMO	5
LISTA DE FIGURAS	6
LISTA DE TABELAS	7
LISTA DE GRÁFICOS	8
LISTA DE ABREVIATURAS	9
1 INTRODUÇÃO	12
1.1 PROBLEMA.....	13
1.2 OBJETIVO GERAL.....	13
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
1.4 METODOLOGIA	14
1.5 JUSTIFICATIVA.....	15
2 DETERMINANTES DO INVESTIMENTO PÚBLICO EM INFRA-ESTRUTURA 16	
2.1 RAZÕES PARA INTERVENÇÃO DO GOVERNO	16
2.2 FONTES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO:.....	18
2.2.1 Tributação.....	18
2.2.2 Endividamento interno e externo	19
2.2.3 Emissão de Moeda.....	20
2.3 PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS (PPP's)	21
3 O PLANEJAMENTO COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO 23	
3.1 EXPERIÊNCIAS DE PLANEJAMENTO NO BRASIL	25
3.1.1 Planos:.....	26
3.2 PLANEJAMENTO REGIONAL E DESENVOLVIMENTO.....	27
3.2.1 A dimensão espacial	28
3.2.2 Planejamento Local e Municipal.....	29
3.3 O NOVO MODELO DE PLANEJAMENTO: A INTEGRAÇÃO ENTRE PPA, LDO, LOA E LRF.....	30
3.3.1 Plano Plurianual:.....	30
3.3.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)	31
3.3.3 Lei Orçamentária Anual (LOA)	32
3.3.4 Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).....	34
4 FONTES DE FINANCIAMENTO PARA PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO	36
4.1 FONTES DE FINANCIAMENTO NACIONAL	38
4.1.1 BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)	39
4.1.1.1 Formas de Apoio Financeiro	40
4.1.1.2 Linhas de Financiamento Governamentais do BNDES.....	40
4.1.2 BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul)	44
4.1.2.1 Linhas de Financiamento BRDE	45
4.2 FONTES INTERNACIONAIS DE FINANCIAMENTO	46
4.2.1 Contratação de Financiamentos Externos	47
4.2.2 Fontes de Crédito Internacional	48
4.2.2.1 IBRD (International Bank for Reconstruction and Development)	48

4.2.2.2 IADB (Inter-American Development Bank)	50
4.2.2.3 JBIC (Japan Bank For International Cooperation)	51
4.2.2.4 CAF (Corporación Andina de Fomento)	52
4.2.2.5 FONPLATA (Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata).....	53
4.2.2.6 EIB (European Investment Bank).....	54
4.2.2.7 KFW (Kreditanstalt für Wiederaufbau).....	55
4.2.3 Síntese das Fontes de Financiamento Internacionais.....	56
5 A EVIDÊNCIA NA UTILIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS PARA FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO EM FLORIANÓPOLIS, JOINVILLE E CHAPECÓ.....	61
5.1 FLORIANÓPOLIS: CARACTERÍSTICAS.....	62
5.1.1 Condições de Florianópolis	63
5.1.2 Linhas de Financiamento e a prefeitura de Florianópolis: Análise das operações de crédito em andamento nos anos 2004 e 2005.....	66
5.2 JOINVILLE: CARACTERÍSTICAS	70
5.2.1 Condições de Joinville.....	71
5.2.2 Linhas de Financiamento e a prefeitura de Joinville: Análise das operações de crédito em andamento nos anos 2004 e 2005.....	73
5.3 CHAPECÓ: CARACTERÍSTICAS.....	77
5.3.1 Condições de Chapecó.....	78
5.3.2 Linhas de Financiamento e a prefeitura de Chapecó: Análise das operações de crédito em andamento nos anos 2004 e 2005.....	80
5.4 Análise Comparativa entre os municípios de Florianópolis, Joinville e Chapecó: Condições de Financiamento e Obtenção de Empréstimos.	84
5.5 ANÁLISE DAS OPERAÇÕES EXTERNAS EM DIVERSOS MUNICIPIOS BRASILEIROS: UM COMPARATIVO COM AS OPERAÇÕES EM SANTA CATARINA.....	89
6 CONCLUSÃO	92
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95
ANEXO: Modelo de Carta Consulta e Manual de Preenchimento.....	99

1 INTRODUÇÃO

A intervenção do Estado na economia ocorre, com o passar dos anos, devido a ineficiência do mercado em se auto regular. As falhas de mercado ocasionadas fazem com que o Estado se organize e comece a planejar a economia, com o intuito principal de alocar mais eficientemente os recursos. Entretanto, a capacidade de financiamento dos governos em geral, fica muito aquém do necessário, diminuindo consideravelmente os investimentos necessários para que uma nação, estado ou até mesmo um município possa se desenvolver.

No Brasil, esta capacidade é limitada devido aos fatores históricos que dele se originam e aos seqüentes problemas no decorrer dos anos quanto à administração e financiamento do país. A falta de recursos enfrentada pelo país fez com que ele recorresse a fontes nacionais e internacionais de crédito, porém, na maioria das vezes, sem o propósito de investir para gerar desenvolvimento. Muito pelo contrário, o histórico brasileiro nas captações de recursos teve como principal mola propulsora o arrolamento de dividas correntes e o refinanciamento de dividas já contraídas.

Conforme cita Bresser Pereira (2007), o financiamento será causa de subdesenvolvimento ao invés de desenvolvimento se for utilizado para cobrir gastos ao invés de investimento.

O presente trabalho versa sobre as solicitações de financiamento de alguns municípios catarinense e as condições utilizadas para tal. A partir da análise conceitual das novas formas de planejamento com o Plano plurianual e com o respaldo da Lei de Responsabilidade Fiscal, as localidades devem elaborar planejamento para definir programas prioritários, porém de acordo com a sua receita, sob pena de crime de responsabilidade dos administradores.

Já que as receitas são insuficientes na maioria do país, e sob pena de se responsabilizar pela LRF, faz-se necessário o levantamento das fontes de financiamento para o setor publico, tanto nacionais como internacionais, a fim de

que se possa dar prosseguimento em projetos necessários para o desenvolvimento do lugar.

O acesso ao crédito para a execução de programas pode acelerar o processo de desenvolvimento, haja vista que as demandas da sociedade e do setor público podem ser resolvidas e acompanhadas de subsídios por parte dos agentes financiadores. Conclui-se o trabalho com informações sobre alguns municípios brasileiros que recorrem a fontes de financiamento internacionais, subsidiadas, para completarem recursos para projetos de desenvolvimento.

1.1 PROBLEMA

O ato de planejar leva necessariamente a uma melhor consecução dos objetivos idealizados e propostos. Todo planejamento público se bem executado, trás consigo uma melhoria nas condições de vida da sociedade. Porém o “planejar” deve vir acompanhado de condições que levem esse planejamento ao êxito. A partir daí, o levantamento de fontes de financiamento passa a ser crucial, na medida que acompanhando o planejamento se torna vital para o desenvolvimento.

A falta de recursos e a má utilização dos já existentes expressam a situação problema na qual se desenvolve este trabalho. A utilização dos municípios de Florianópolis, Joinville e Chapecó têm como o propósito evidenciar o uso e o destino das fontes de financiamento.

1.2 OBJETIVO GERAL

Avaliar a estrutura de financiamento de três municípios catarinenses, evidenciando as características atuais e de fontes alternativas de financiamento de projetos de desenvolvimento.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Analisar as principais fontes de financiamento nacionais e internacionais para o setor público, descrevendo e comparando-as;
2. Avaliar as condições de captação dos recursos de Florianópolis, Joinville e Chapecó;
3. Verificar as condições econômicas das cidades analisadas, bem como sua capacidade de pagamento e seu limite de endividamento;
4. Realizar um diagnóstico geral das operações em andamento, comparativamente a alguns municípios brasileiros.

1.4 METODOLOGIA

O presente trabalho pretende analisar as fontes de financiamento para projetos de desenvolvimento e a utilização das mesmas por alguns municípios catarinenses.

Para tal será evidenciado alguns conceitos importantes à luz do tema desenvolvimento. O planejamento como meio de “intervenção” do estado na economia para corrigir falhas existentes e o direcionamento de orçamento específico para tais ações. Serão abordados aspectos teóricos concernentes a partir da idéia de planejar, até a consecução dos objetivos, que passa pela disponibilização dos recursos, hoje balizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, à vontade de fazer acompanhada da possibilidade de fazer.

A metodologia se baseia na análise exploratória dos dados, com destaque para a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que fornece as operações de crédito em andamento e as contas dos municípios e estados brasileiros e consulta as prefeituras das cidades tema do trabalho. Serão obtidos dados secundários junto a Instituições Governamentais, como o Ministério do Planejamento e Secretarias de Estado.

Serão utilizados acessos *on line* para a prospecção das fontes de financiamento, tais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e instituições internacionais tais como o Fondo Financiero para el

desarrollo de la cuenca del plata (Fonplata). A través desta verificação, serão retiradas informações quanto às características dos bancos, taxas praticadas, linhas de atuação, recursos disponíveis, etc.

O presente trabalho vem estruturado em seis partes, abordando o tema acima proposto. A primeira parte trás a introdução ao tema, com justificativa e objetivos que levam a pesquisa. A segunda parte do trabalho remete aos determinantes do investimento publico em infra-estrutura, e como o estado se financia. A terceira parte trás informações a cerca do histórico do planejamento no Brasil e sua evolução, com plano plurianual e a lei de responsabilidade fiscal.

A partir da quarta parte começa a se desenhar o objetivo do trabalho, com informações das fontes de financiamento. A quinta parte mostra as características das cidades tema do projeto, juntamente com suas contas e viabilidade da tomada de novos empréstimos. Por fim, a sexta e ultima parte trás as considerações finais a cerca das análises realizadas.

1.5 JUSTIFICATIVA

O interesse pelo tema surgiu pela vontade de verificar a “qualidade” dos empréstimos contraídos pelas cidades de Florianópolis, Joinville e Chapecó, que por serem cidades de extrema importância em suas regiões, e para o estado de Santa Catarina, podem representar o perfil dos financiamentos em Santa Catarina.

O estudo tenta evidenciar que mesmo sem recursos correntes para realizar projetos de grande importância, a captação de recursos faz com que se possam concretizar ações a condições subsidiadas, sem engessar o orçamento dos municípios e estados.

2 DETERMINANTES DO INVESTIMENTO PÚBLICO EM INFRA-ESTRUTURA

A relação oferta e demanda gera efeitos sociais que não são resolvidos naturalmente pela dinâmica da economia de mercado, haja vista que a competição nunca é totalmente livre. A expressão de Adam Smith sobre a “mão invisível” refere-se a mercados sob condições ideais na alocação de recursos. Entretanto as condições normalmente não são ideais e o governo deve intervir de maneira a equilibrar a relação oferta e demanda.

A intervenção do governo na economia é justificada nos setores em que o mercado falha, ou seja, sob certas condições os mercados competitivos geram uma alocação de recursos que se caracteriza pelo fato de que é impossível promover uma realocação de recursos, sem que um indivíduo aumente seu grau de satisfação diminuindo o grau de satisfação do outro (GIAMBIAGI, 1999).

2.1 RAZÕES PARA INTERVENÇÃO DO GOVERNO

No mundo real, mercados perfeitamente competitivos são raros, existindo falhas de mercado que justificam a intervenção do governo. São exemplos comuns de tais falhas a existência de bens públicos, de externalidades, assimetria de informações e a existência de monopólios naturais (Rezende, 2001)¹

- a) Bens públicos: Os bens públicos são aqueles cujo consumo/uso é indivisível ou “não-rival”, ou seja, o seu consumo por um indivíduo não prejudica o consumo do mesmo bem pelos demais integrantes da sociedade. Todos se beneficiam da produção de bens públicos mesmo que, de alguma maneira, uns mais que os outros. Como exemplos temos a iluminação pública, a justiça, segurança pública e a defesa nacional. Uma das características mais importantes é o princípio da “não-exclusão” no

¹ Capítulo baseado nos autores Fernando Rezende, 2001 e Giambiagi e Além, 1999.

consumo desses bens, já que é bem difícil ou quase impossível impedir que um determinado indivíduo usufrua um bem público. Além disso, o fato de não se poder individualizar o consumo permite que algumas pessoas, os chamados “caronas” possam agir de má fé, negando-se a pagar por ele, ainda que acabem usufruindo o bem público.

- b) A existência de monopólios naturais: Caracterizado por uma forma de competição imperfeita, como o monopólio e o oligopólio. A produção é menor do que na concorrência perfeita e o preço mais elevado, prejudicando os consumidores. A intervenção do governo pode ocorrer para a regulação dos monopólios naturais, a fim de impedir que o forte poder de mercado detido pelas empresas monopolistas reflita-se na cobrança de preços abusivos junto aos consumidores.

As formas de intervenção vão desde a fixação de preço máximo, de lucro máximo, estímulo a concorrência à limitação de fusões como forma a proteger o consumidor.

- c) As externalidades: São ações de algum indivíduo ou empresa que afetam outros agentes do sistema econômico. As situações que implicam benefícios são caracterizadas por “externalidades positivas”, como por exemplo, o investimento em infra-estrutura, onde o aumento da oferta de algum insumo traz benefícios para vários setores da economia. Já nas “externalidades negativas” a ação de um determinado agente prejudica os demais indivíduos da sociedade. Quando um fabricante polui o ar de uma cidade, ele piora a vida dos moradores e não incorpora os custos e malefícios que causa.

- d) Assimetria de informações: A informação deve ser correta e clara aos consumidores, já que vemos muitas empresas dando informações insuficientes com objetivo de não mostrar as reais características dos produtos, como componentes químicos de um alimento. As leis e as fiscalizações servem para mitigar a assimetria de informação, dispondo o máximo possível de informações para o consumidor.

2.2 FONTES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO:

As receitas orçamentárias públicas podem ser classificadas sob três óticas principais: a captação de recursos; a origem de recursos e o orçamento a que estão vinculadas. Entre as alternativas ao financiamento do setor público podemos citar as receitas próprias advindas de tributação e transferências, as receitas originadas em endividamento interno e externo e a emissão de moeda. A tributação é uma das mais antigas formas de financiamento do Estado, porém não suficiente para abranger todas as necessidades, portanto o endividamento e a emissão de moeda surgem como alternativas para a complexa crise que se impõe ao poder de financiamento do Estado.

O objeto precípua das Finanças Públicas é o estudo da atividade fiscal, que explica através da investigação os fenômenos ligados à obtenção e ao dispêndio dos recursos necessários ao funcionamento ótimo dos serviços sob responsabilidade do Estado.

2.2.1 Tributação

O caráter intervencionista do Estado por meio da utilização dos tributos é a principal característica das finanças públicas. O Estado tem como objetivo tornar a tributação mais justa, fazendo com que cada cidadão contribua em conformidade com sua capacidade econômica. O tributo é um instrumento que realiza a transferência do setor privado para o setor público, de poder sobre o uso de recursos da sociedade. A tributação, portanto, apresenta-se como um meio de obtenção dos recursos necessários à satisfação das necessidades coletivas.

O tributo compreende o imposto, as taxas e as contribuições de melhoria:

- a) Imposto: Não é vinculado a contra-prestação de serviços, ou seja, não necessita de qualquer contra-partida para a arrecadação. Através do imposto o Estado procura meios de satisfazer as

- despesas necessárias da administração. Em outras palavras, é um tributo pago, compulsoriamente, pelas pessoas físicas e jurídicas para atender as demandas sociais, burocráticas ou de investimentos.
- b) Taxas: É o tributo cobrado pelo poder público a título de indenização pela produção de serviço público divisível e colocado a disposição do contribuinte. A hipótese de incidência é a prática de uma atividade estatal, no exercício de seu poder de polícia, ou na utilização de um serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição. As taxas devem então ser financiadas pelos indivíduos a que as atividades estatais se dirigem.
 - c) Contribuições de melhoria: Corresponde a um montante exigido em razão de uma particular vantagem, ou seja, pode-se dizer, por exemplo, que o fato gerador da contribuição de melhoria é a valorização do imóvel, decorrente de obra pública. Na taxa basta a atuação estatal, enquanto que na contribuição de melhoria se requer a atuação (obra) somada ao efeito (valorização).

2.2.2 Endividamento interno e externo

Uma outra fonte utilizável para financiar o Estado é o endividamento. A discussão fica acerca de quem deverá pagar por tais empréstimos, ou seja, a questão está em justificar se o endividamento trará conseqüências ou benefícios para as gerações futuras. A responsabilidade moral incide na questão de que como vamos cobrar das gerações futuras algo que elas nem tiveram a possibilidade de opinar.

O endividamento passa a ser encarado como vilão e herói, já que produz efeitos positivos para uma corrente de especialistas, enquanto que para outros pode ser o protagonista de uma crise sem fim. O controle da dívida pública, tanto interna quanto externa, passa a dominar os debates e para isto não há discussão, controlá-lo é requisito básico para, senão alavancar pelo menos instaurar o crescimento no país.

A dívida pública é vista por muitos como um fardo muito pesado, já que no longo prazo este tipo de política pode se tornar insustentável, pois se os países atingirem uma proporção muito alta da dívida/PIB, os juros a ser pago serão imensos, onerando as gerações futuras. Por outro lado, o governante que seguir um comportamento austero, com vistas a economizar e não se endividar, corre o risco de ser taxado como inoperante, deixando para o seu sucessor um caixa equilibrado, por não ter que assumir os encargos da dívida que terá sido paga.

Em síntese, segundo Giambiagi e Além (1999), a dívida pública pode crescer indefinidamente, desde que o país também cresça. O que não pode crescer é a relação dívida/PIB, ou seja, a dívida crescer e o PIB estagnar, o que levaria o credor, em algum momento, a suspender os créditos. Há porém de se fazer uma ressalva quanto a composição e o custo da dívida, já que em alguns países como Bélgica e Itália a dívida passa de 100% do PIB. Estes países em geral costumam ter um mercado de títulos públicos suficientemente desenvolvido e papéis de longo prazo de maturação, portanto no caso de alguma dificuldade conjuntural atingi-los, a rolagem se torna relativamente confortável e a alta dos juros afeta apenas uma fração da dívida, representada pelos novos papéis.

2.2.3 Emissão de Moeda

No Brasil, país com grande tradição inflacionária, a emissão de moeda sempre foi um dos principais meios de financiamento do governo. Com a expansão dos meios de pagamento muito superior ao aumento da quantidade de bens e serviços da economia, o aumento se dará, mais cedo ou mais tarde no nível de preços. Assim, os detentores de moeda acabam arcando com uma redução em seu poder aquisitivo. Conforme cita Rezende (2001), como o governo é detentor do monopólio da emissão, ele pode apropriar-se de recursos reais, por meio do aumento dos gastos, em troca de emissão de base monetária.

No entanto, surgem questões importantes quanto ao financiamento através da emissão de moeda. Como produto desta opção, haveria um aquecimento inflacionário, tanto pelo aumento da demanda quanto pela desvalorização da

moeda nacional. Por outro lado, alguns especialistas acreditam que a base monetária do país pode ser aumentada, com isso o país deixaria de absorver novas dívidas, encerrando o ciclo do endividamento, e conseguiria reduzir a taxa de juros, estimulando a produção e o crescimento. (CLETO, 2001)

2.3 PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS (PPP's)

As Parcerias Público Privadas, PPP's, são introduzidas no país através da lei 11.079/2004 e tem como requisitos básicos para sua efetivação o consenso de que novos investimentos em infra-estrutura não podem ser mantidos apenas pelo governo ou apenas pelo setor privado.

Diversas iniciativas podem ser compreendidas como parceria entre o setor público e o privado, e estas parcerias surgem como uma forma de financiamento para o Estado viabilizar investimentos prioritários, e oportunidades para os entes privados pelo retorno financeiro garantido e pelo direito a exploração de determinado bem ou serviço.

A estabilidade econômica é favorável a novos investimentos e a credibilidade do governo e do país são condições necessárias já que viabilizam taxas de juros mais atraentes. Outros requisitos necessários são a existência de um ambiente regulatório adequado, um sistema financeiro e mercado de capitais desenvolvido, um mercado de seguros maduro. As PPP's podem se concretizar mesmo que uma ou mais das condições não estejam presente.

Segundo Oliveira (2007), as etapas para concretização das PPP's em geral são as seguintes:

- 1º Levantamento de dados;
- 2º Enquadramento do projeto através da PPP;
- 3º Levantamento das necessidades financeiras;
- 4º Audiência pública para solicitação de manifestação de interesse;
- 5º Definição do modelo de parceria e seus mecanismos de pagamento;
- 6º Licitação, escolha do vencedor, início da fase de contratação e execução do contrato.

Os agentes que deverão estar em todas as PPP's são: parceiro público e privado para a formação a sociedade de Propósito Especifico, mecanismos de garantia e o usuário final do empreendimento.

3 O PLANEJAMENTO COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO

O planejamento tem como característica a antecipação de ações a serem desencadeadas no correr de um período de tempo. Tal período é definido de acordo com objeto de análise e principalmente com os objetivos a serem desenvolvidos. O planejamento tem-se alterado com o correr dos anos, já que os cenários vivem em constantes mudanças, e as crescentes turbulências tecnológicas e o incremento no nível de competição mundial fez com que várias questões fora do ramo estritamente administrativo tivessem maior relevância. A questão ambiental e novidades estratégicas de modo geral começaram a influir com muita agressividade no processo de planejar.

O processo de planejamento tem seus princípios norteadores como cita Bateman e Snell (1998 apud GRACIANO, 2005, pág. 27) como sendo um “processo consciente e sistemático de tomar decisões sobre objetivos e atividades que uma pessoa, um grupo, uma unidade de trabalho ou uma organização buscarão no futuro”.

O processo de planejamento não constitui uma resposta informal ou casual a uma crise, mas constitui um esforço que tem propósito, liderado e controlado por administradores que recorrem ao conhecimento contido na organização para prover um mapa claro a seguir nas atividades futuras, sem descuidar da existência de circunstâncias mutantes, de acordo com cenários gerais projetados (BATEMAN & SNELL, 1998 apud, GRACIANO, 2005, pág. 28).

Conforme afirma Thompson (2000 apud, OLIVEIRA, 2007, pág. 17), a escolha correta dos objetivos é o primeiro passo do processo de planejamento, que deve ser encarado como a função inicial de uma gestão, pois nenhum nível de eficiência irá compensar a escolha equivocada de um objetivo. Quando bem elaborado, o planejamento resulta na alocação eficiente (maximização dos recursos alocados), e eficaz dos recursos (escolha correta dos objetivos).

Todas as atividades requerem um planejamento, por mais simples que sejam, já que seguindo uma seqüência de atividades teremos um

desenvolvimento mais eficiente dos objetivos. O planejamento representa uma forma de a sociedade exercer o poder sobre o seu futuro, conforme Buarque (1999, pág. 35)

“O planejamento é uma *ferramenta de trabalho* utilizada para tomar decisões e organizar as ações de forma lógica e racional, de modo a garantir os melhores resultados e a realização dos objetivos de uma sociedade, com os menores custos e no menor prazo possíveis. Ou, como diz Carlos Matus, planejamento é ‘o cálculo que precede e preside a ação’ (Matus,1989), em um processo permanente de reflexão e análise para escolha de alternativas que permitam alcançar determinados resultados desejados no futuro.” (BUARQUE, 1999)

No âmbito das organizações do setor público brasileiro, Pereira (2003 apud, GRACIANO,2005 , pág. 31, 32) enfatiza a necessidade do processo de planejamento da seguinte forma:

“O Estado tem função explícita de planejamento. O planejamento governamental, portanto, além de um instrumento da ação pública, deve ser visto como uma imposição constitucional. Isso está explícito na Constituição 32 Federal de 1988, por meio de vários dispositivos, que lhe conferem caráter imperativo, ao estabelecer a obrigatoriedade de formulação de planos, de forma ordenada e seqüencial, para viabilizar o alcance dos objetivos previamente estabelecidos, que buscam o atingimento do progresso econômico e social”. (PEREIRA 2003, apud Graciano 2005)

Porém, a orientação dada acima deixa clara a intenção do setor público brasileiro em que as organizações se empenhem na realização do processo de planejamento, dando atenção a todas as fases que compõem o processo, sob pena do não cumprimento dos objetivos. Todo planejamento, por conseguinte, leva, se bem executado, a efetivação dos objetivos propostos. E no setor público, um bom planejamento é estritamente necessário haja vista a restrição de recursos e a falta histórica de conhecimento e otimização dos processos.

Quando se fala do planejamento no setor público, temos que enfatizar que como tal plano envolve decisões e escolhas de objetivos coletivos, o cálculo que preside a ação passa por uma negociação e formulação política, segundo Buarque (1999, pág.36).

“De um modo geral, o planejamento governamental é o processo de construção de um projeto coletivo capaz de implementar as transformações necessárias na realidade que levem ao futuro desejado. Portanto, tem uma forte conotação política. E no que se refere ao desenvolvimento local e municipal, o planejamento é um instrumento para a construção de uma proposta convergente dos atores e agentes que organizam as ações na perspectiva do desenvolvimento sustentável”.(BUARQUE, 1999, pág.36)

O planejamento então seria uma forma de organizar o sistema econômico, evitando as crises cíclicas e o desemprego, e estimulando o desenvolvimento. Se deseja com o planejamento, um processo contínuo, com melhorias e aperfeiçoamentos no correr do tempo e não uma sobreposição de idéias

Conforme cita Campos (1974 apud, ALMEIDA, 2006, pág 3), a falta de precisão terminológica do conceito planejamento, faz com que ele seja utilizado tanto para o micro planejamento setorial, quanto para o planejamento macroeconômico mais integrado. Num esforço de precisão semântica, ele propunha distinguir “entre simples declarações de política, programas de desenvolvimento e planos de desenvolvimento”.

3.1 EXPERIÊNCIAS DE PLANEJAMENTO NO BRASIL

O planejamento no Brasil é hoje, algo muito mais cauteloso aos olhos do executivo do que era até pouco tempo e tais ações não apareceram espontaneamente, mas sim, devido às novas exigências da lei.

Tais exigências nasceram com a introdução do plano plurianual que tem por objetivo estabelecer quais são os investimentos mais importantes dentro de um projeto de desenvolvimento. O PPA estabelece diretrizes, objetivos e metas da

administração pública federal por um prazo de quatro anos e surge com a característica fundamental de controlar e balizar os gastos.

A experiência de planejamento governamental no Brasil vem, através dos anos, mostrando a grande dificuldade que se tem quando se deseja planejar algo sólido para a coletividade. O país acumula algumas experiências em planejamento, que vêm desde o plano SALTE (saúde, alimentação, transportes e educação), e o plano de metas de Juscelino Kubitschek, até atualmente com os planos plurianuais e suas tentativas de balizamento da alocação de gastos públicos num período de quatro anos. Neste caminho de tentativas, não se pode esquecer dos dois ambiciosos planos nacionais de desenvolvimento no auge do regime militar. Os chamados PND I e II conseguiram em parte atingir algumas metas propostas, porém obtiveram pouco impacto na situação social do país.

De forma a esclarecer o trajeto do planejamento no Brasil, seguem-se abaixo alguns conceitos e explanações acerca do tema, haja vista as sucessivas tentativas de se colocar em prática e de se obter êxito com um planejamento bem executado. Lembrando que o processo de planejamento tem início no país em 1930, com a ruptura de uma estrutura apoiada fortemente na agricultura, e passa para uma nova fase, com a participação mais ativa do Estado na economia. Entre os principais planos de desenvolvimento adotados no país têm-se:

3.1.1 Planos:

- Plano SALTE (1949-1953): Seu nome se associou às letras iniciais dos setores considerados prioritários: saúde, alimentação, transporte e energia. Foi o primeiro plano elaborado sob o regime democrático, porém não logrou êxito. Entre os motivos temos o descompasso entre os recursos previstos e aplicados; a falta de controle; os problemas sociais, políticos e econômicos internos, entre outros.
- Plano de Metas (1956/1961) : Concedia prioridade a quatro setores: energia, transporte, agricultura e alimentação. O plano obteve relativo êxito na remoção de alguns pontos de estrangulamento ao

desenvolvimento nacional, especialmente na área do transporte. Incentivou a industrialização da economia, porém deixou como conseqüências negativas desequilíbrios no Balanço de Pagamentos e uma herança inflacionária.

- 1º PND (1972/1974) : Inova em termos de planejamento econômico já que separava a estratégia de desenvolvimento de sua execução. Estabelecia três objetivos: inserir o país na categoria dos países desenvolvidos; duplicar a renda per capita até 1980; promover o crescimento do PIB entre 8% e 10% ano. Obteve-se êxito com a redução das disparidades regionais, relativa modernização da economia brasileira e expressivo crescimento econômico, fase conhecida como milagre brasileiro.
- 2º PND (1975/1979): Enfatiza investimentos em indústrias de base, estimula a pesquisa do petróleo, promove o programa nuclear e o Próalcool, a construção de hidrelétricas (Itaipu). O primeiro Plano de âmbito nacional em que o desenvolvimento sustentável foi inserido no processo de planejamento.

A instabilidade econômica no país foi um dos principais problemas citados pelos planejadores, já que impossibilitavam a dotação orçamentária inviabilizando assim qualquer plano de médio e longo prazo. Os problemas econômicos enfrentados pelo Brasil dificultavam a captação de recursos para a execução de planos e programas.

3.2 PLANEJAMENTO REGIONAL E DESENVOLVIMENTO

Para que um sistema de planejamento funcione com eficácia, necessita-se de recursos humanos qualificados, capacidade gerencial e recursos financeiros para enfrentar situações imprevistas. Conforme Haddad (1980), "... isso significa que o planejamento do desenvolvimento deveria criar as condições necessárias que são pressupostas para o seu próprio sucesso", ou seja, é preciso planejar

também o planejamento, explicitando critérios e argumentos que justifiquem a alocação dos recursos escassos em atividades de planejamento.

3.2.1 A dimensão espacial

A tentativa de se organizar um sistema de planejamento que pretendesse abranger todos os enfoques para a análise dos problemas de desenvolvimento, com o intuito de se ter a onisciência e controle de tudo, desembocaria num amontoado de papéis sem, contudo se encontrar decisões relevantes. Conforme Haddad(1980), faríamos do próprio planejamento um ponto de estrangulamento a mais no processo de desenvolvimento.

Como os recursos de que dispõe uma região podem não ser significativos, o planejamento do desenvolvimento regional tem como uma de suas metas maximizar a capacidade de negociação regional, ou seja, os planos regionais passam a ser instrumentos para viabilizar e maximizar a capacidade de intervir no entorno da região. Com o propósito de corrigir desequilíbrios distributivos entre espaços de uma região, o planejamento regional surge como meio de equiparar diferentes estágios de desenvolvimento dentro de uma mesma região, ou entre regiões.

O processo de planejamento regional tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido. O planejamento passa a não ser mais centralizado e deve ser entendido como um processo de transformação, fortalecimento e qualificação das estruturas internas de uma região. O governo deve ficar atento ao desequilíbrio estrutural entre as regiões, visando à manutenção da coesão e da solidariedade regional.

As experiências em planejamento regional no Brasil emergem com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), por obra de Celso Furtado que vê no país ritmos distintos de acumulação que se refletem em desníveis flagrantes de produtividade: o Centro-Sul e o Nordeste. Para Furtado, na primeira metade do século XX há um processo de articulação

entre as regiões brasileiras em um sistema mínimo de integração, onde o complexo cafeeiro dotou o país de um centro dinâmico, fazendo com que as demais regiões passassem a gravitar em torno dela.

A SUDENE representa a institucionalização da dimensão regional do planejamento e o embrião de uma nova forma de intervenção do Estado na economia.

3.2.2 Planejamento Local e Municipal

Segundo Haddad (1980) “O planejamento governamental deve ser um processo aberto de negociação permanente entre o Estado e as instituições da sociedade civil”. O autor considera ainda, que quanto mais o processo de planejamento facilitar a participação dos cidadãos, mais a comunidade considerará a função de planejamento como uma forma democrática. Existem, porém grandes dificuldades em se estabelecer o que chamamos planejamento participativo, haja vista a dificuldade em se definir a legitimidade das representações e as delicadas questões do sistema político.

O planejamento local deve ser visto não só como uma subdivisão do planejamento geral, mas ajustadas a concepções contemporâneas de planejamento e desenvolvimento.

Pode-se definir planejamento local também como o meio de se alcançar um maior aproveitamento quanto à distribuição mais eficiente e eficaz dos recursos, ou seja, quando se desenvolve um planejamento localizado e endógeno, vemos uma melhora na distribuição dos recursos e conseqüentemente na qualidade de vida dos habitantes. O planejamento deve vir sempre acompanhado da melhoria nos níveis de oportunidades sociais, viabilidade e competitividade da economia local.

Para Buarque (1999, pág.41), é o processo de decisão, sobre as ações necessárias e adequadas à promoção do desenvolvimento sustentável em pequenas unidades político-administrativas que definimos de planejamento local. Pela redução da escala territorial, pode-se afirmar que o planejamento local tem

uma melhor e maior aproximação com o cidadão, que fica mais conectado ao processo podendo então participar mais ativamente das discussões e decisões que dizem respeito ao local que eles vivem.

De acordo com Oliveira (2007, pág. 48), o planejamento municipal se torna um importante recurso para o desenvolvimento, já que o caráter descentralizado das atuais administrações, aliadas a uma maior participação da sociedade viabilizam maior eficiência e eficácia nas aplicações de recursos.

O “desenvolvimento local” ganhou grande relevância nos últimos anos, em especial a promoção de organizações sociais e arranjos produtivos locais (VAINER, Ari et al. 2006). Com o alargamento democrático dos espaços de organização e manifestação da sociedade civil, conceitos como “planejamento participativo” ganharam novas dimensões e possibilidades. O local é constituído por relações de poder, buscando articular uma capacidade de agir em bases plurais.

O local é o cotidiano e a vivência, onde todos sofrem os efeitos das macroestruturas e onde são construídas as microestruturas, que por sua vez se refletem sobre as mesmas próprias macroestruturas. (SENHORAS, 2007).

A seguir vemos o novo modelo de planejamento bem como suas conseqüências para a administração pública atual:

3.3 O NOVO MODELO DE PLANEJAMENTO: A INTEGRAÇÃO ENTRE PPA, LDO, LOA E LRF.

3.3.1 Plano Plurianual:

A Constituição Federal de 1988 representa um referencial importante nos processos de planejamento no Brasil, já que define responsabilidades, limites e formas de encaminhamento, visando maior eficiência para o planejamento econômico. De acordo com a constituição, o presidente da república deve

encaminhar ao Congresso Nacional, até o dia 31 de agosto, suas metas de governo. Estas serão aplicadas a partir do segundo ano de seu mandato até o primeiro ano de seu sucessor.

O Plano Plurianual passa a ser o principal instrumento de planejamento de médio prazo no sistema governamental brasileiro. Cada PPA deve conter as diretrizes para a organização e execução dos orçamentos anuais e, conforme dito, findar no primeiro ano do mandato seguinte, com o objetivo de dar continuidade ao planejamento governamental e ações públicas.

A partir da introdução do Plano Real no Brasil, e a sua conseqüente estabilização monetária, o país começa a introduzir o plano plurianual não só figurativamente. O primeiro PPA, elaborado para o período 1991-1995, teve como objetivo simplesmente o cumprimento da determinação constitucional. O PPA 1996-1999 já começa a introduzir novos conceitos de ordenamento econômico-espacial do Brasil, e o PPA seguinte, 2000-2003 inova ao introduzir a gestão por resultados.

Desde 2003, o Estado retomou a tarefa de pensar o futuro, recolocando o planejamento em novas bases. A elaboração do Plano Plurianual – PPA ganhou centralidade, já que a partir dele temos um instrumento com o qual se decidem quais são os investimentos prioritários para um projeto de desenvolvimento. Por ser o documento de planejamento de médio prazo, dele se derivam as Leis de Diretrizes Orçamentárias e as Leis de Orçamento Anuais. (VAINER, Ari et al. 2006).

3.3.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A LDO é considerada um importante instrumento de gestão pública, já que é utilizada com o objetivo de estabelecer despesas. A lei faz parte do planejamento municipal e sua elaboração deve estar de acordo com o PPA, estabelecendo orçamentos anuais e definindo qual será o valor gasto em cada programa do PPA ao longo dos 4 anos de duração do plano.

Na LDO vemos metas e prioridades para o exercício seguinte, e nela é detalhada a parcela do plano plurianual que se realizará no ano seguinte. A lei pode ser considerada uma ligação entre o PPA e a Lei Orçamentária Anual.

3.3.3 Lei Orçamentária Anual (LOA)

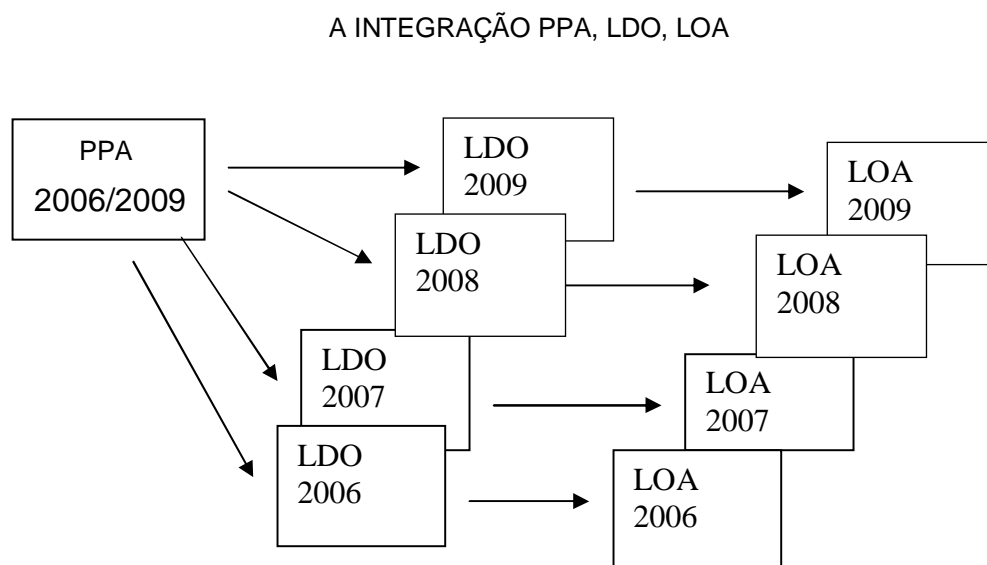
A Lei Orçamentária Anual tem grande importância, já que ela é responsável pela execução das ações prioritárias na LDO. A LOA tem por objetivos prever receitas, fazendo com isso um estudo mais detalhado dos impactos provocados pela execução do planejamento.

A LOA se constitui como recurso de planejamento de curto prazo e mostra a previsão de receitas e despesas para o orçamento fiscal, para seguridade social e de investimentos das empresas. Abaixo sintetizamos as ações, tanto do PPA, quanto da LDO e LOA:

- “ - O Plano Plurianual define as diretrizes, os objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Estas despesas serão planejadas através das ações que integrarão os Programas do PPA, à exceção do serviço da dívida (amortização e encargos) e de outros encargos especiais, bem como da reserva de contingência.
- A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades para o exercício financeiro subsequente, orientando a elaboração da Lei Orçamentária Anual.
- A Lei Orçamentária Anual proverá os recursos necessários para cada ação constante da LDO.” (VAINER, Ari et al. 2001)

A seguir vemos o esquema que demonstra o relacionamento entre os três instrumentos de planejamento:

Figura 1: A integração PPA, LDO, LOA



Fonte: Ministério do Planejamento

Os objetivos difundidos pelo ministério de planejamento para o PPA são os seguintes:

Figura 2: Objetivos para o PPA

- Definir, com clareza, as metas e prioridades da administração bem como os resultados esperados;
- organizar, em programas, ações de que resulte oferta de bens ou serviços que atendam demandas da sociedade;
- estabelecer a necessária relação entre os programas a serem desenvolvidos e a orientação estratégica de governo;
- nortear a alocação de recursos nos orçamentos anuais, compatível com as metas e recursos do Plano;
- facilitar o gerenciamento das ações do governo, atribuindo responsabilidade pelo monitoramento destas ações e pelos resultados obtidos;
- integrar ações desenvolvidas pela União, Estado e governo local;
- estimular parcerias com entidades privadas, na busca de fontes alternativas para o financiamento de programas;
- explicitar, quando couber, a distribuição regional das metas e gastos do governo;
- dar transparência à aplicação de recursos e aos resultados obtidos.

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Elaboração: Autora

O Plano Plurianual deixa de ser apenas um documento para cumprir obrigações legais e passa a ter um alcance verdadeiro se houver compatibilidade entre a orientação estratégica do governo, as possibilidades financeiras do

município e a capacidade dos órgãos municipais. O plano deve estar integrado com as Leis de Diretrizes Orçamentárias, as Leis Orçamentárias Anuais e com a execução do orçamento. O plano deve também ser revisto, sempre que necessário.

3.3.4 Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

O endividamento toma outro rumo a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal aprovada em maio de 2000, que nasce com objetivo de disciplinar a gestão pública através de controles dos gastos e receitas, incluindo-se o endividamento público.

Segundo Kobayashi (2005), além de uma série de controle das finanças públicas, a LRF também impõe sanções para aqueles administradores que excederem as restrições impostas. A lei de Crimes de Responsabilidade de outubro de 2000 estabelece sanções penais, nas quais os administradores poderão ser responsabilizados e punidos com a perda do cargo, inabilitação para exercício de emprego público, prisão e multa.

A lei dispõe de meios, dentre os quais destaca-se a ação planejada e transparente na busca do equilíbrio das contas públicas, cujas metas de resultado entre receitas e despesas devem ser cumpridas, assim como os limites para operações de crédito, concessão de garantia, despesas com pessoal, etc.

A lei de responsabilidade fiscal trás uma mudança não só institucional, mais cultural no trato com o dinheiro público, principalmente porque muitos administradores gastam mais do que arrecadam, deixando dívidas para seus sucessores e assumindo compromissos que sabem antecipadamente não poder honrar.

O ponto de partida da LRF é o planejamento, já que a partir dele são criadas novas funções para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), cuja discussão deverá contar com a participação da sociedade.

Entre os principais objetivos da LRF estão: limitar a dívida pública, oferecer acesso a informações sobre as contas públicas à sociedade e prevenir déficits. As operações de crédito são uma parte importante da receita orçamentária e o seu controle pode ser considerado um dos pilares da LRF, uma vez que as operações estão ligadas ao endividamento.

4 FONTES DE FINANCIAMENTO PARA PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

A demora do retorno dos investimentos é uma das principais causas do Estado ter de ser responsável pela consecução de investimentos em infraestrutura. Os serviços de infra-estrutura provêm externalidades positivas para a atividade econômica, reduzem os custos de produção e estimulam novos investimentos, porém apresentam custos elevados de realização e como já apresentado demora no retorno dos investimentos. A capacidade de atuação do setor privado na produção desses bens varia ao longo do tempo, dependendo da lucratividade.

Os custos públicos de projetos focalizados nos pequenos empreendimentos tendem a ser relativamente bem menor àqueles demandados por uma ótica de incentivo aos grandes empreendimentos. Então, justifica-se que tais projetos sejam financiados pelo orçamento municipal, combinando-se ou não com outras fontes de financiamento. Segundo Senhoras (2007, pág. 17), cabe salientar que o município pode articular parcerias com organizações privadas e outras esferas de governo e captar empréstimos junto a organismos de financiamento nacionais e internacionais. Cada solicitação de empréstimo depende do aval do governo e da capacidade de endividamento do município em questão.

A discussão de alternativas de financiamento deve-se principalmente a falta de recursos dos municípios, já que as receitas correntes são insuficientes para financiar grandes investimentos. O esgotamento da capacidade financeira do setor público que atingiu a capacidade de atuação do Estado em termos de desenvolvimento faz com que se evidencie as alternativas de financiamento que foge ao Estado.

A questão da instabilidade das fontes de financiamento deve ser resolvida, preferencialmente, pela diversificação de fontes. O equilíbrio financeiro e a estabilidade de recursos devem ser perseguidos, portanto, através de modos de financiamento alternativos que promovam a compensação de ganhos e perdas no

curto prazo, bem como perspectivas mais favoráveis no longo prazo. (SENHORAS,2007)

A eficiência alocativa no longo prazo é a principal justificativa no que tange ao endividamento para fins de investimento. O endividamento é uma forma adequada de financiar as despesas de capital, já que os benefícios deste tipo de despesa se distribuem ao longo do tempo, e a dívida permite distribuir os custos também ao longo do tempo. Mesmo com algumas críticas referentes à descentralização das responsabilidades como forma de obtenções eleitoreiras, a tarefa de se endividar e prover tais demandas dá aos municípios mais responsabilidades e faz com que haja uma alocação mais eficiente dos recursos, já que localmente se conhece mais as demandas da sociedade.

As atividades empresariais, privadas ou públicas, dependem diretamente da possibilidade de financiamento. A viabilidade e o possível sucesso na concessão do financiamento ocorrerá se forem tomadas as medidas e cautelas necessárias, com a boa execução dos projetos e sem desperdício dos recursos emprestados.

A captação de recursos tem se tornado algo extremamente relevante, devido as crescentes demandas da população e os necessários investimentos de maior vulto para obras em infra-estrutura. Tais investimentos, ligados fundamentalmente ao crescimento das cidades e com o amparo do governo, faz com que se coloque como central a busca por alternativas de recursos complementares às receitas dos municípios.

Conforme afirma Bresser Pereira (2007), financiamento e desenvolvimento são duas palavras naturalmente ligadas [...] A atividade empresarial, seja ela privada ou pública, depende diretamente da possibilidade de financiamento. Podemos dizer que quando o investimento é equivocado, ou seja, quando os cálculos não são bem feitos, ou quando há desperdícios, tal empréstimo pode levar a empresa à ruína. O autor afirma que o financiamento será causa de subdesenvolvimento ao invés de desenvolvimento se os recursos emprestados por um país forem utilizados para consumo e não para investimento.

As fontes de financiamento para projetos de desenvolvimento no Brasil passam tanto pelo arcabouço institucional nacional como pelos mecanismos

externos. O BNDES e o BRDE, fontes importantes de financiamento nacional, dispõem de recursos para projetos em infra-estrutura, desenvolvimento urbano e projetos com cunho social. Com isso, vemos que o endividamento pode ser o início da viabilização de projetos, com prazos longos para o pagamento e conseqüentemente com um custo baixo, já que a maioria dessas linhas é subsidiada.

Ao analisar as fontes internacionais para projetos de desenvolvimento, têm-se um grande número de organismos multilaterais e agências bilaterais de crédito, a qual se pode recorrer e que possuem grande número de financiadores, prazos elásticos de pagamentos, desembolsos diferenciados dependendo do órgão e do projeto em questão e taxas de juros altamente atrativas. Entre essas instituições, destacam-se o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco do Japão para Cooperação Internacional (JBIC), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata).

Tais órgãos, tanto nacionais como internacionais, possuem rígidas formas de análise dos projetos. A expectativa é sempre dirigir os recursos com eficácia, e alocar com eficiência as disponibilidades. Os bancos de investimento possuem critérios para a avaliação dos projetos que se baseiam nas metodologias usadas pelo setor privado, ou seja, a avaliação é de maneira mais contundente e com a intenção de garantir retorno com precisão.

4.1 FONTES DE FINANCIAMENTO NACIONAL

Devido a natureza de longo prazo, os investimentos em infra-estrutura são essencialmente financiados no Brasil pelo BNDES e BRDE. Tais organismos recebem apoio do governo e possuem formas de pagamento de longo prazo, o retorno social dos investimentos não segue a ótica do retorno privado. Não foram utilizados bancos de desenvolvimento de outras regiões para dar ênfase a região de Santa Catarina. O BADESC não foi incluído principalmente devido ao papel principal de financiar empreendimentos e projetos privados.

4.1.1 BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)

O BNDES tem um papel muito importante como instrumento de política econômica no país, atuando em diversas frentes e disponibilizando diversas ferramentas para aumento dos investimentos. Trata-se de uma empresa pública, Federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior que tem como objetivo financiar a longo prazo os empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do país.

Desde sua fundação em 1952, o BNDES vem financiando grandes empreendimentos industriais e de infra-estrutura e suas linhas contemplam financiamentos de longo prazo e custos competitivos, para o desenvolvimento de projetos de investimentos e para a comercialização de máquinas e equipamentos e incremento à exportação brasileira. O BNDES conta com duas subsidiárias integrais, a FINAME (Agência Especial de Financiamento Industrial) e a BNDESPAR (BNDES Participações).

Historicamente podemos segmentar a atuação do BNDES em três diferentes períodos. Os primeiros anos do período desenvolvimentista (1952-1979), o BNDES atuou como instrumento de suporte aos investimentos em infra-estrutura, indústria de base e financiamento de investimentos privados voltados a substituição de importações. Durante o período de crise (1980-1993) os desembolsos foram dirigidos para o fortalecimento e saneamento financeiro das empresas. No período recente (1994-2002) o banco foi gestor do Plano Nacional de Desestatização (PND). O BNDES através dos anos se consagra então como a principal fonte de financiamento de longo prazo da economia brasileira.

A partir de meados de 2006 o BNDES conta com novas políticas operacionais, que priorizam inovação e desenvolvimento da infra-estrutura. A área governamental, tratada neste trabalho, recebe a partir de então maiores incentivos com o intuito de fortalecer e aumentar a eficiência da estrutura produtiva. Com as novas medidas, há a redução média de 30% na remuneração básica do BNDES. A taxa de juros final cobrada nos financiamentos do banco é composta na maior

parte dos casos pela soma da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), mais a remuneração básica do BNDES, mais a taxa de risco de crédito. Essa taxa era até o momento de 1,5% para os todos os casos e nas Novas Políticas Operacionais passa a variar de 0,8% a 1,8%, conforme a classificação de cada empresa (operações diretas).

4.1.1.1 Formas de Apoio Financeiro

As políticas operacionais do BNDES orientam e normatizam a concessão de financiamento, estabelecendo critérios para priorizar os projetos que promovam o desenvolvimento com inclusão social, estimulando os empreendimentos que gerem emprego e renda. O BNDES utiliza critérios bancários para a concessão de financiamentos e a partir de 2006 utiliza nova política operacional para tornar mais claras as prioridades do BNDES e reduzir os custos financeiros de seus empréstimos. Abaixo vemos as formas de apoio:

Direto: Operação realizada diretamente com o BNDES ou através de mandatário (necessária a apresentação de Carta-consulta)

Indireto: Operação realizada através de instituição financeira credenciada, podendo ser automático (valor de até R\$10 milhões, por cliente, a cada período de 12 meses), não-automático (necessário a apresentação de Carta-consulta), cartão BNDES.

Misto: Combina as duas formas anteriores, direto e indireto não automático.

4.1.1.2 Linhas de Financiamento Governamentais do BNDES

Com todas essas alterações, as novas políticas operacionais do BNDES refletem os objetivos estratégicos que são a superação dos estrangulamentos

capazes de deter o crescimento da economia, a redução da exclusão social e das desigualdades regionais, entre outras. Abaixo vemos as principais linhas financiadas pelo BNDES na área governamental:

- Projeto de investimento em infra-estrutura em serviços públicos (implantação, expansão e modernização), que inclua gastos com obras civis e instalações, compra de máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e outras despesas;
- Compra de máquinas e equipamentos de fabricação nacional;
- Projeto de investimento em intervenções viárias que promovam a melhoria da mobilidade urbana;
- Projeto de investimento destinado ao fortalecimento da capacidade gerencial, normativa, operacional e tecnológica da administração pública municipal, entre outros.

Com relação aos projetos acima descritos, destaca-se:

- PDR – Programa de Dinamização Regional: Elevar o nível de investimento nas áreas menos desenvolvidas do país. São abrangidos pelo programa municípios de microrregiões de baixa ou média renda, conforme critério de classificação do programa, ou municípios da região Norte e Nordeste classificados como alta renda pelos mesmos critérios, que serão tratadas como de média renda.

Analisando os municípios de Santa Catarina constatou-se a inexistência de municípios com as características solicitadas, sendo classificados na sua totalidade como média renda superior e alta renda.

As formas de apoio são direta, indireta e misto.

- Próvias – Programa de Intervenções Viárias: Contratação de operações de crédito para aquisição de máquinas e equipamentos novos, produzidos no país e credenciados no BNDES, destinados a intervenção em vias públicas, rodovias e estradas. Entre os itens financiáveis temos máquinas rodoviárias e equipamentos de pavimentação, escavadeira hidráulica, retroescavadeira, chassi de caminhão, carrocerias, entre outros.

- Pró-Mob – Programa de Infra-Estrutura para a Mobilidade Urbana: Dar apoio financeiro a intervenções viárias que promovam a melhoria da mobilidade urbana através da implementação de projetos de pavimentação e infra-estrutura para o transporte coletivo municipal. Terá como beneficiários os municípios com população igual ou superior a 100.000 habitantes, de acordo com o IBGE. A forma de apoio é indireto automático
- PMAT - Modernização da administração tributária e gestão dos setores sociais básicos: Trata-se da modernização da administração tributária e à melhoria da qualidade do gasto público dentro de uma perspectiva de desenvolvimento local sustentado, visando proporcionar aos municípios brasileiros possibilidades de atuar na obtenção de mais recursos estáveis e não inflacionários e na melhoria da qualidade e redução do custo praticado na prestação de serviços nas áreas de administração geral, assistência à criança e jovens, saúde, educação e de geração de oportunidades de trabalho e renda.

O PMAT atua através do fortalecimento das capacidades gerenciais, normativas, operacionais e tecnológicas da administração tributária e da gestão pública dos serviços sociais básicos; desenvolvimento e aperfeiçoamento dos sistemas de informação; acompanhamento das obrigações tributárias; modernização da administração pública voltada para iniciativas de desenvolvimento local que promovam capacitação e articulação do tecido produtivo e geração de trabalho e renda, entre outros.

O Programa de Desenvolvimento Urbano, outra linha disponibilizada pelo BNDES têm a função de melhorar a infra-estrutura e promover o desenvolvimento econômico. Dentro deste programa, o banco tem interesse também em saneamento ambiental, que atua através de projetos que viabilizem o acesso aos

serviços de saneamento básico, gestão dos recursos hídricos e recuperação de áreas degradadas.

As condições de financiamento das principais linhas de financiamento podem ser vistas na tabela 1:

Tabela 1: Condição de Financiamento de programas do BNDES

Linhas de Financiamento	Custo Financeiro	Remuneração ² BNDES(%a.a)	Participação (%)	Recursos Disponíveis (R\$)
PRÓ-MOB	TJLP(100%)	1,00	90	-----
PRÓVIAS	TJLP(100%)	1,00	100	3 Milhões ³
PMAT	TJLP(100%)	1,00	90 ⁴	30 Milhões ⁵
Proj. Multissetoriais Integrados Urbanos	TJLP(100%)	1,00(Baixa renda) 2,00(Demais)	95	-----
Proj. Estruturadores de Transp. Urbano	TJLP(100%)	1,00(Alta Cap) ⁶ 1,50(urbano integrado)	90	-----

Fonte: BNDES

Elaboração: Autora

² Excluindo-se a remuneração da instituição financeira, que será negociada diretamente com o cliente, limitada a 3,00%.

³ Para municípios com mais de 50.000 habitantes.

⁴ Para municípios com mais de 50.000 habitantes.

⁵ Não podendo ultrapassar 7% da receita líquida real do município

⁶ Transporte de alta e média capacidade, equipamentos ferroviários de passageiros e trolebus.

4.1.2 BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul)

O BRDE é uma instituição financeira de fomento criada pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná em 1961. Tem o capital compartilhado entre seus três Estados-Membros que também são responsáveis por suas obrigações. Cada agência é responsável pelo seu Estado, sendo que a sede encontra-se no Estado do Rio Grande do Sul. Em 1965 recebe credenciamento do BNDES para tornar recursos do FINAME (Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais), constituindo-se no primeiro agente financeiro do BNDES. Cabe ressaltar que na história do BRDE foram poucos os momentos em que ele teve autonomia para captar recursos de outras fontes que não do BNDES, ou seja, a autonomia para aplicação dos recursos limitada à preferência de seu fornecedor de crédito.

Devido a tais restrições, o BRDE possui atuações limitadas já que é caracterizado como banco de desenvolvimento puro, ou seja, desempenha as funções típicas desse tipo de instituição e aloca recursos de fundos institucionais repassados pelo BNDES com o intuito de gerar crescimento econômico. O BRDE se submete aos critérios do seu principal “fornecedor”, o BNDES, e tem que cumprir legislação imposta pelo BACEN (Banco Central do Brasil).

Embora tenha como funções geração de crescimento e desenvolvimento econômico na região Sul, o BRDE depende do retorno das suas aplicações, já que o banco não pode contar com qualquer tipo de reforço de caixa dos seus estados mantenedores. Vemos a contradição existente, já que o banco deve fazer seu papel com agente de desenvolvimento, e ao mesmo tempo, como qualquer instituição financeira se preocupar com o retorno dos investimentos.

4.1.2.1 Linhas de Financiamento BRDE

O BRDE possui diversas linhas de financiamento aplicadas no setor privado, mas também possui linhas voltadas para a administração pública municipal e específicas para infra-estrutura. Abaixo veremos algumas linhas financiadas pelo banco, tanto na área de infra-estrutura como especificamente na área pública.

- PMAT: Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos;
- Treinamento de pessoal e qualificação profissional;
- Projetos de infra-estrutura econômica ou social;
- Programas ou projetos em Gestão da Qualidade;
- Construção e reforma para prédios e instalações;
- Equipamentos Turísticos;
- Aquisição de máquinas e equipamentos novos nacionais cadastrados no FINAME⁷.

Conforme o BRDE (2007), tanto as linhas de infra-estrutura, como as específicas para administração pública municipal variam de acordo com o porte econômico do interessado, variando de 50% a 90% do valor dos itens financiáveis. Os juros são compostos na sua maioria por uma parcela variável trimestralmente, a TJLP (100%), e uma parcela fixa que variará entre 5,0 e 7,0% a.a. Possui carência de 6 a 24 meses, passando a contar a partir do mês seguinte a contratação. A amortização acontece entre 30 e 116 meses, iniciando-se a partir do término da carência.

Os prazos totais (carência+amortização) superiores a 60 meses são normalmente destinados a atividades como desenvolvimento tecnológico, preservação ambiental, projetos de infra-estrutura, turismo, entre outros. As

⁷ Financiamentos através de instituições financeiras credenciadas.

garantias exigidas pelo BRDE são reais (hipoteca; alienação fiduciária) e fidejussórias (avais ou fianças dos sócios ou acionistas controladores do capital).

4.2 FONTES INTERNACIONAIS DE FINANCIAMENTO

As prefeituras têm acesso também a fontes de financiamentos internacionais, as quais poderiam com isso ampliar o leque de opções de condições, taxas e amortizações para a contratação de empréstimos. As fontes são inúmeras e as taxas diferenciadas, porém os requisitos para a contratação são grandes, o que absorve do tomador muita organização e atenção nos procedimentos a serem adotados.

De acordo com o ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a secretaria de assuntos internacionais-SEAIN é responsável por coordenar diretrizes para a captação de recursos financeiros junto aos organismos multilaterais e agências governamentais e estrangeiras. Outro objetivo é assegurar o cumprimento das recomendações da COFIEEX no processo de negociação de projetos candidatos a financiamentos externos por ela aprovados. O COFIEEX é a Comissão de Financiamentos Externos que tem por objetivos principais segundo o Ministério do Planejamento:

- a) identificar, examinar e avaliar pleitos de apoio externo de natureza financeira (reembolsável ou não reembolsável), com vistas à preparação de projetos ou programas de entidades públicas;
- b) examinar e avaliar pleitos relativos a alterações de aspectos técnicos de projetos ou programas em execução com apoio externo de natureza financeira, nos casos em que requeiram modificações nos respectivos instrumentos contratuais, especialmente prorrogações de prazo de desembolso, cancelamentos de saldos, expansões de metas e reformulações dos projetos ou programas.

A comissão é responsável pelo exame e avaliação de projetos e programas passíveis de financiamento externo.

Esses organismos internacionais têm autonomia financeira, o que lhes confere a escolha dos procedimentos que devem ser adotados, bem como quais projetos devem ser realizados. As fontes de financiamento têm áreas de atuações específicas, podendo porém abranger mais de uma área de atuação.

4.2.1 Contratação de Financiamentos Externos

O ministério do planejamento, juntamente com a secretaria de assuntos internacionais, liberou em 2005 um Manual de Financiamentos Externos atualizado com as mudanças ocorridas na legislação. O manual foi criado e atualizado com o objetivo de orientar o potencial tomador de recursos externos, nas diferentes etapas do processo de contratação de empréstimos com organismos internacionais.

A identificação dos projetos passíveis de financiamento externos se dá no âmbito da COFLEX – Comissão de Financiamento Externo, que é presidida pela Secretaria de Planejamento.

Abaixo segue resumidamente os passos para a contratação de financiamentos externos, no qual a SEAIN – Secretaria de Assuntos Internacionais coordena o processo de negociação para a contratação de financiamentos externos pelos órgãos ou entidades do setor público junto aos organismos multilaterais. Não há possibilidade de liberação contratos externos sem seguir os procedimentos abaixo, visto que o Tesouro Nacional é quem fornece as garantias para as contratações de crédito:

- a) Apresentação da Carta-Consulta⁸;
- b) Com a aprovação da Carta-Consulta, a SEAIN encaminha as informações ao agente financiador;
- c) O Agente Financiador manifesta seu interesse em apoiar o projeto;

⁸ Anexos

- d) A proposta é detalhada pelo solicitante do financiamento que é acompanhada pela SEAIN durante todo processo de preparação;

Paralelamente ou após o encerramento da última missão técnica da preparação do projeto, o solicitante solicita formalmente ao Ministro da Fazenda a concessão de garantia do Tesouro Nacional e autorização para contratação de operação de crédito externo, bem como encaminha a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional a documentação pertinente. Seguindo os passos:

- e) Solicitação de inclusão da operação nos limites de endividamento;
- f) Preparação e negociação com agente financiador;
- g) Uma vez aprovado o financiamento e assinado o despacho do Ministro da Fazenda autorizando a contratação de crédito externo, o contrato pode ser assinado;
- h) Para finalizar, o mutuário solicita registro da operação de crédito junto ao Bacen e publica no Diário Oficial da União extrato de contrato de empréstimo externo com as características básicas da operação.

4.2.2 Fontes de Crédito Internacional

Abaixo verificaremos algumas das principais fontes internacionais de crédito, de acordo com o Ministério do Planejamento e ao final do capítulo faremos uma comparação entre as principais linhas de financiamento internacionais.

4.2.2.1 IBRD (International Bank for Reconstruction and Development)

O BIRD foi criado em 1945 e conta hoje com 185 países membros, entre eles o Brasil. Juntamente com a IDA (Associação Internacional de Desenvolvimento), constitui o Banco Mundial, organização que tem como principal

objetivo à promoção do progresso econômico e social dos países membros mediante o financiamento de projetos com vistas a melhoria das condições de vida nesses países.

Segundo o Banco Mundial (2008), “o Banco Mundial é uma das maiores fontes de conhecimento e financiamento do mundo, que oferece apoio aos governos dos países membros em seus esforços para investir em escolas e centros de saúde, fornecimento de água e energia, combate a doenças e proteção ao meio ambiente”.

Ao contrário dos bancos comerciais, o Banco Mundial fornece crédito a juros baixos ou até mesmo sem juros aos países que não conseguem obter empréstimos para desenvolvimento em nenhum outro lugar. O apoio prestado a um país mutuário é orientado por uma estratégia chamada de “Estratégia de Assistência ao País”, e tal apoio dados aos seus países membros são planejados de modo a ajudá-los a combater a pobreza. Outro diferencial é a carência, que em alguns casos é concedido um prazo de dez anos antes do início do pagamento de um empréstimo.

São duas as principais linhas de crédito na área governamental. A SIL (Linha de Investimento Específica), destinada a constituição de infra-estrutura econômica e manutenção das unidades produtivas. A outra linha é denominada SIM (Linha de Apoio a Investimentos Setoriais), destinada diretamente ao setor público, na busca pela eficiência do gasto público mediante ajuste nos projetos e despesas.

Desde 1949 o BIRD vem financiando projetos no país. Em 2006 os desembolsos de empréstimos ao Brasil atingiram volume superior ao dobro do alcançado em 2005. O Banco já apoiou o Brasil em mais de 380 operações de crédito, que somam mais de US\$33 bilhões. A união é avalista final de todas as operações e o Brasil figura como um dos maiores mutuários do banco internacional de desenvolvimento, com investimentos superiores a US\$ 5 bilhões e 73 projetos em atividade em 2008. O BIRD atua principalmente nas áreas de ciência e tecnologia, educação, meio-ambiente e saneamento.

4.2.2.2 IADB (Inter-American Development Bank)

O Banco Interamericano de Desenvolvimento foi fundado em 1959 como instituição de desenvolvimento com mandatos e instrumentos inovadores. Os programas e instrumentos do BID se mostraram tão eficazes, que o banco se tornou modelo para os demais bancos multilaterais. Hoje, o BID é o mais antigo e maior banco regional de desenvolvimento. De acordo com o próprio BID (2008), é a principal fonte de financiamento multilateral para projetos de desenvolvimento econômico, social e institucional bem como programas de promoção do comércio e integração regional na América Latina e Caribe. Atualmente, fazem parte do BID 47 estados membros, sendo 26 da América Latina e Caribe.

O BID ajuda a promover o desenvolvimento econômico e social sustentável na América Latina e Caribe mediante suas operações de crédito. O Banco apóia os países membros mutuários daqueles países na formulação de políticas de desenvolvimento além de oferecer financiamento e assistência técnica visando ao crescimento econômico e sustentável.

O Banco possui inúmeras linhas de financiamentos, as quais destacam-se:

- a) Empréstimos para projetos específicos: destinam-se ao financiamento de projetos de investimento definido previamente à aprovação do empréstimo do banco, tais como educação e infraestrutura;
- b) Empréstimos para programas de obras múltiplas: destinam-se ao financiamento de grupos de obras do mesmo tipo, porém fisicamente independentes;
- c) Empréstimos de crédito global (multissetoriais): concedidos a instituições financeiras intermediárias ou entidades similares dos países mutuários para repasses aos mutuários finais;
- d) Linhas de Créditos Condicionais (CCLIPs): instrumentos baseados em desempenho, ou seja, o mutuário deve comprovar resultados satisfatórios em projetos anteriores.

O Banco obtém seus recursos financeiros através de seus países membros, empréstimos no mercado financeiro, fundos que ele administra e pagamento de empréstimos.

O Brasil possui relações fortes com o BID, haja vista que o país é um dos seus membros fundadores, tendo hoje participação acionária na ordem de 10,75% do total da instituição. O País possui atualmente (01/2008) 276 projetos finalizados em parceria com o BID. Além disso, possui 70 projetos aprovados e ativos em andamento, sendo que doze deles ainda com status de implementação pendente e os demais sendo implementados. Da mesma maneira que o BIRD, o BID atua nas áreas de ciência e tecnologia, educação, meio-ambiente e saneamento.

4.2.2.3 JBIC (Japan Bank For International Cooperation)

Criado em 1999, o JBIC é um organismo constituído de 100% capital do governo japonês, tendo o papel de executar a cooperação econômica do governo japonês, apoiando o desenvolvimento sustentável e estável nas estruturas sócio-econômicas dos países estrangeiros, promovendo assim o fortalecimento das relações econômicas entre o Japão e a comunidade internacional. O banco se submete às leis japonesas, incluindo o orçamento e as atividades operacionais.

As linhas de financiamento do JBIC se dividem de acordo com a utilização do capital, ou seja, há uma linha destinada à promoção de atividades econômicas japonesas no exterior, denominada IFO (International Financial Operations), e outra linha mais específica para a melhoria das condições econômico-sociais e estabilidade econômico-financeira de Países em Desenvolvimento, denominada ODA (Official Development Assistance), com a característica de juros subsidiados e prazos longos de amortização. Os projetos cujos financiamentos baseiam-se nas operações ODA devem necessariamente ser encaminhados diretamente ao governo japonês oriundo do governo brasileiro, através de um processo diplomático.

A modalidade ODA de empréstimos subsidiados tem como objetivos centrais prestar apoio aos países em desenvolvimento em busca da sua

estabilização econômica, com aplicação de recursos nas áreas de infra-estrutura econômica e social, nas medidas de preservação ambiental e no combate a pobreza.

Em 2005, em ranking divulgado pelo banco, o Brasil figura entre os 10 países com maior saldo de investimentos e empréstimos do JBIC. Ele ocupava a 6º posição em operações totais com o Banco, e figurava em 1º lugar em recursos liberados para países fora da Ásia. O total dos empréstimos ODA acumulados para o Brasil em 2005 era cerca de US\$1,86 bilhões.

Conforme informações do ministério do planejamento quanto aos financiadores internacionais, o JBIC possui oito operações em andamento para estados e Municípios brasileiros totalizando US\$2,9 bilhões, com contrapartida do banco em US\$1,2 bilhões. O Estado de Santa Catarina possui uma operação em andamento referente ao programa de saneamento ambiental do Estado, no valor total de US\$216 milhões. O JBIC atua nas áreas de educação, ciência e tecnologia, saneamento e meio ambiente.

4.2.2.4 CAF (Corporación Andina de Fomento)

A Corporação Andina de Fomento iniciou suas operações em 1970, baseando sua sede na Venezuela. Trata-se de uma instituição financeira multilateral que apóia o desenvolvimento sustentável de seus países acionistas e a integração regional. A CAF é formada por 17 países acionistas, entre eles o Brasil, entretanto seus principais acionistas são países andinos: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

A CAF dirige seus serviços tanto aos governos dos países acionistas como para instituições públicas e empresas privadas que operam nestas nações. Além de linhas de financiamento, fornece garantias e avais, assessoria financeira e cooperação técnica para elaboração de programas. No entanto, os empréstimos são a principal modalidade operativa da CAF, nas quais atua nas áreas de educação, transportes, energia, saneamento ambiental e infra-estrutura, entre outras.

Atualmente, segundo informações do ministério do planejamento, a CAF possui 13 operações em andamento divididas entre dez estados brasileiros. Com ênfase em Santa Catarina verificamos duas operações em andamento junto a esta instituição:

1 - Programa de Integração Regional do Estado de Santa Catarina com recursos a ordem de US\$32,5 milhões aprovados em junho de 2006. Segundo a CAF, este financiamento busca consolidar o desenvolvimento sócio-econômico e turístico além de viabilizar investimentos portuários em processo de implementação na região nordeste de Santa Catarina;

2 - Programa de Requalificação do Sistema Viário e da Circulação de Pedestres de Florianópolis no valor de US\$10,7 milhões, este com aprovação em março de 2007.

O banco atua principalmente nas áreas de educação, meio ambiente e saneamento.

4.2.2.5 FONPLATA (Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata)

O Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata tem por objetivo apoiar técnica e financeiramente a realização de estudos, projetos, obras, programas e iniciativas que levem a promover o desenvolvimento e a integração entre os países membros do Fonplata. Compõem o fundo cinco países membros: Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai.

Tem como funções conceder empréstimos, fianças e avais e apoiar financeiramente a realização de estudos de preservação e assistência técnica.

Ao constituir-se o fundo contava com aportes de US\$100 milhões, sendo distribuídos 33% para Argentina e Brasil e 11% para os demais países. No final de 2006 o patrimônio do fundo já passava de US\$415 milhões, sendo que a carteira de projetos ativa estava na ordem de US\$382 milhões.

Apesar de possuir um montante para empréstimos abaixo das demais instituições internacionais, o fundo se destaca pelas taxas atraentes e pelo total de financiamento em cada projeto, podendo chegar a 90% do total.

No Brasil, o fundo financia atualmente 18 projetos com um total aproximado de US\$277 milhões. No Estado de Santa Catarina existem cinco projetos em andamento, em Florianópolis, Joinville, Chapecó, São Bento do Sul e Balneário Camboriu, totalizando mais de US\$69 milhões. Segundo informações do FONPLATA, existem atualmente oito solicitações do Brasil em processo de análise, totalizando cerca de US\$97 milhões.

Apesar de o montante emprestado para o Brasil ser relativamente baixo se comparado aos demais financiadores, observamos um grande número de operações, mostrando uma maior facilidade para obtenção dos empréstimos. O Fonplata atua nas áreas de educação, meio ambiente, saneamento, transportes e saúde.

4.2.2.6 EIB (European Investment Bank)

O banco europeu de investimento é o banco dos empréstimos a longo prazo da União Européia. Tem como objetivo contribuir para a integração européia e para o desenvolvimento econômico das regiões menos favorecidas.

Segundo o BEI, o Banco tem por missão contribuir para a integração, para o desenvolvimento equilibrado do mercado comum e para a coesão econômica e social, recorrendo aos mercados de capitais e utilizando os seus próprios recursos. Em 2006 foram destinados recursos para a América Latina a ordem de 500 milhões de euros.

Os principais projetos financiados dizem respeito à infra-estrutura de comunicação, projetos ligados à proteção do ambiente, melhoria da qualidade de vida, adaptação do tecido industrial à concorrência internacional e a promoção do capital humano. O BEI co-financia projetos específicos em execução nos setores privado e público e a sua contribuição é em geral de até 50% do custo do projeto. O banco fornece créditos a bancos de desenvolvimento dos países inclusos na

carteira de clientes do banco e financia projetos basicamente nas áreas do meio-ambiente, saneamento e transporte.

O BEI possui duas metodologias na concessão de empréstimos. Um dos modelos é utilizado para empréstimos acima de 25 milhões de euros, onde o banco concede a verba diretamente ao proponente. A outra metodologia, com quantias menores, o banco concede empréstimos que funcionam como linhas de crédito a instituições financeiras credenciadas. Neste caso a instituição pode estabelecer taxas e o tomador não possui qualquer vínculo com o BEI. O banco atua principalmente nas áreas de saneamento e meio ambiente.

Sua relação com o Brasil está relacionada ao BNDES, captando recursos para o desenvolvimento de projetos. Essa operação correspondeu a 12% do valor total investido no Brasil pelo banco.

4.2.2.7 KFW (Kreditanstalt für Wiederaufbau)

A KFW é um agente do governo federal alemão para as operações de cooperação financeira oficial, criada em 1948 com o intuito de financiar projetos para reconstruir a Alemanha pós-guerra. Hoje, além de financiar a economia da Alemanha serve de fomento para países em desenvolvimento.

No caso da cooperação oficial entre Alemanha e o Brasil, o KFW apoiou, principalmente projetos nos setores de saneamento básico, saúde e eletrificação rural. Porém, a partir de 1992, as liberações de recursos no Brasil são em grande parte de doações e restringem-se a prioridade de proteção e manejo sustentado das florestas tropicais.

O banco atua no Brasil desde 1964 e captou até 2005 cerca de 1,3 bilhões de euros, onde foi também o primeiro banco de desenvolvimento a financiar a compra de créditos de carbono no Brasil. O banco também atua como credor de outras instituições, como Fonplata e BNDES. A atuação do KFW se dá especialmente nas áreas de saneamento e meio ambiente.

4.2.3 Síntese das Fontes de Financiamento Internacionais

De acordo com o exposto, vemos que há diferenças entre as fontes de financiamento. Tais fontes possuem diferenças quanto aos prazos de amortização, taxas de juros, prazos de desembolsos, carência e recursos disponíveis. Abaixo seguem tabelas comparativas das fontes de financiamento:

Tabela 2: Condições de Financiamento do BIRD

Características	BIRD
Financiamento do projeto	Até 50% do custo total
Moeda	Dólar, Euro ou Iene
Taxa de Juros	LIBOR de seis meses + spread Fixo ou variável
Comissão de Compromisso	De 0,75%aa até 0,85%aa
Outras Comissões	Comissão Abertura de Crédito: 1,0 % do valor do financiamento
Desembolsos	Até 5 anos
Carência	3 a 5 anos
Amortização	12 a 15 anos
Recursos Disponíveis	US\$ 14,5 bilhões por país

Fonte: BIRD

Elaboração: Autora

Tabela 3: Condições de Financiamento do BID

Características	BID
Financiamento do projeto	Até 60% do custo total do projeto
Moeda	Dólar, Euro ou Iene
Taxa de Juros	Mecanismo Unimonetário: Custo médio das captações do banco + spread Mecanismo Unimonetário baseado na LIBOR: Taxa LIBOR de 3 meses + "spread"
Comissão de Compromisso	Desde 2003: 0,25% aa
Outras Comissões	Comissão de Inspeção e Vigilância: Desde 2003 a taxa foi reduzida a 0 (zero).
Desembolsos	3 a 6 anos
Carência	Até 6 anos
Amortização	20 a 25 anos
Recursos Disponíveis	US\$ 101 bilhões

Fonte: BID

Elaboração: Autora

Tabela 4: Condições de Financiamento do JBIC

Características	JBIC
Financiamento do projeto	Até 70% do custo total do projeto
Moeda	YEN
Taxa de Juros	Condições Gerais: 0,90% a 1,50% Condições Preferenciais: 0,50% a 0,75%
Comissão de Compromisso	Não há
Outras Comissões	Não há
Desembolsos	Até 7 anos
Carência	Até 10 anos
Amortização	Até 40 anos
Recursos Disponíveis	US\$ 8,2 bilhões somente para o Brasil

Fonte: JBIC

Elaboração: Autora

Tabela 5: Condições de Financiamento da CAF

Características	CAF
Financiamento do projeto	Até 70% do custo total do projeto. Pode atingir 80% para projetos sociais
Moeda	Dólar
Taxa de Juros	Com prazo de amortização até 12 anos: LIBOR (6 meses) + 2,35%aa até 3,75%aa. Com prazo de amortização acima e até 15 anos será analisado cada caso.
Comissão de Compromisso	0,75% aa
Outras Comissões	Comissão de Inspeção e Vigilância: 1,0% do valor do financiamento
Desembolsos	Média de 3 anos
Carência	Média de 2 anos
Amortização	De 15 anos
Recursos Disponíveis	US\$ 5 bilhões

Fonte: CAF

Elaboração: Autora

Tabela 6: Condições de Financiamento do FONPLATA

Características	FONPLATA
Financiamento do projeto	Até 70% do custo total para investimentos podendo chegar a 90% para projetos sociais
Moeda	Dólar
Taxa de Juros	<i>Projetos Sociais</i> OBRAS: LIBOR + 1,2%aa até 2,7%aa PRÉ-INVESTIMENTOS: LIBOR + 0,2%aa até 1,7 %aa <i>Demais Projetos</i> OBRAS: LIBOR + 2,0%aa até 3,5%aa PRÉ-INVESTIMENTOS: LIBOR + 1,2%aa até 2,7% aa
Comissão de Compromisso	De 0,75%aa até 1,0%
Outras Comissões	Comissão de Administração: Até US\$ 10 milhões paga 1% do montante do financiamento.
Desembolsos	Até 5 anos
Carência	Até 5 anos
Amortização	8 a 20 anos
Recursos Disponíveis	US\$ 380 milhões

Fonte: FONPLATA

Elaboração: Autora

Tabela 7: Condições de Financiamento do EIB

Características	EIB
Financiamento do projeto	Até 50% do custo total do projeto
Moeda	Dólar, Euro ou Iene
Taxa de Juros	Custo da operação de captação do recurso no mercado + 0,4%
Comissão de Compromisso	Inexistente
Outras Comissões	Inexistente
Desembolsos	De acordo com cronograma físico-financeiro do projeto
Carência	Até 4,5 anos
Amortização	Até 15 anos
Recursos Disponíveis	ER 2,8 bilhões (América Latina)

Fonte: EIB

Elaboração: Autora

Tabela 8: Condições de Financiamento do KFW

Características	KFW
Financiamento do projeto	Até 70% do custo total do projeto
Moeda	Euro
Taxa de Juros	2% aa
Comissão de Compromisso	0,25% aa
Outras Comissões	Não há
Desembolsos	Em função do cronograma do projeto
Carência	Até 10 anos
Amortização	Até 30 anos
Recursos Disponíveis	ER 360 bilhões (ER 288 bilhões somente para Alemanha)

Fonte: KFW

Elaboração: Autora

A partir da análise das tabelas, vemos que as diversas fontes de financiamento externas trazem inúmeros aspectos favoráveis à contratação. Apesar de analisarmos com facilidade que alguns têm maiores benefícios sobre outros, devemos levar em conta que cada instituição objetiva certos setores, portanto dando prioridade a certos tipos de investimento.

O JBIC, por exemplo, se configura como uma das melhores instituições para captação de crédito, já que possui taxas atraentes e longos prazos de amortização. Entretanto o banco dá prioridade à áreas relacionadas à preservação do Meio Ambiente, oferecendo melhores condições de financiamento. Já o BEI, se destaca sobre alguns bancos já que não cobra taxas administrativas e desembolsa os recursos de acordo com o cronograma físico-financeiro do projeto.

A CAF tem condições parecidas com o BNDES e BRDE, porém torna-se arriscado captar recursos com esta instituição já que o empréstimo é realizado em moeda estrangeira e a taxa não é tão competitiva se comparada a alguns outros bancos. Portanto, sob condições semelhantes e sem atrativos se comparado as demais fontes, a CAF perde competitividade. O Fonplata, por exemplo, apresenta um montante inferior se comparado aos demais bancos, porém é capaz de financiar até 90% de um projeto. Apesar de possuir uma grande quantidade de taxas administrativas o banco é muito utilizado como fonte de captação no Brasil.

Analisando as fontes, encontramos prós e contras em todas, e chegamos à conclusão que cada uma poderá se adequar da melhor maneira as características de demanda de financiamento. Mesmo com uma instituição possuindo menor taxa de juros, outra instituição poderá contar com mais recursos disponíveis ou com maior período de amortização. Conforme explicitado, tudo irá ocorrer de acordo com as necessidades das prefeituras e estado. Se o município optar por antecipar receitas, ele poderá escolher captar de instituições nacionais ou internacionais, levando em conta os itens acima e não esquecendo que as fontes internacionais possuem taxas mais atrativas que as instituições nacionais.

Conforme analisou Oliveira (2007), o risco dos empréstimos externos estão principalmente vinculados ao fato de o pagamento destes recursos estarem atrelados à moeda estrangeira. Como o Brasil pratica câmbio flexível, uma depreciação no câmbio poderá levar a um aumento da dívida em reais. No entanto, apesar do risco, Oliveira comparou duas situações de empréstimo, sendo uma com fonte externa e outra com fonte interna. Chegou a conclusão que em um comparativo entre JBIC e BNDES por exemplo, utilizando as taxas vigentes para cada agente, e assumindo a paridade descoberta de juros, no caso analisado, a taxa de câmbio teria que variar em mais de 750%⁹ para que o empréstimo fosse inviável.

⁹ Levou em consideração taxa de cambio equivalente a R\$2,15 e taxa de juros JBIC (condições preferenciais) igual a 0,50% e uma linha semelhante BNDES com custo de 8%aa. Com uma taxa de juros interna de 8%aa e uma taxa de juros externa de 0,50%aa, a taxa de cambio futura teria que variar mais de 750%, ou seja, ser superior a R\$18,275.

5 A EVIDÊNCIA NA UTILIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS PARA FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO EM FLORIANÓPOLIS, JOINVILLE E CHAPECÓ.

Todo recurso captado em instituição financeira para investimento em projetos de desenvolvimento, deve se resumir ao investimento propriamente dito, ou, conforme afirma Bresser Pereira, não deve ser utilizado para consumo. Se a utilização tiver este fim o financiamento corre o risco de causar subdesenvolvimento já que os recursos serão utilizados para despesas correntes, não ocasionando investimentos e conseqüentemente reduzindo a possibilidade de ganhos. O direcionamento dos investimentos deve ter como prioridade, áreas de fundamental importância para a localidade, assim evidenciaremos três municípios catarinenses a fim de apontar como estão os investimentos nestas cidades.

A escolha dos três municípios mencionados se dá em função da importância econômica e populacional no Estado. Os três se situam entre as cinco maiores cidades do Estado, e possuem dados para investigação.

Como já abordado anteriormente, a necessidade de financiamento do setor público para obras de investimento, é muito relevante no país. A necessidade de obter crédito para a viabilização dessas obras é imprescindível, já que é mínima a capacidade de investimento do Estado e é grande o leque de opções de financiadores, tanto nacionais como externos.

A lei de responsabilidade fiscal tem como uma de suas principais atribuições o controle do endividamento, ou seja, limitadores para gastos além da arrecadação. Conforme visto no capítulo três, as regras que os municípios devem se enquadrar para obtenção de empréstimos, tanto internos como externos, são claras e limitadoras, devendo, portanto ser seguidas sob pena de punições severas aos administradores municipais.

5.1 FLORIANÓPOLIS: CARACTERÍSTICAS

A capital do Estado de Santa Catarina com população estimada em novembro de 2007 de aproximadamente 396.723 pessoas¹⁰, tem como atividades econômicas principais os setores de comércio, serviços, turismo, educação e serviços públicos. O setor terciário é o mais dinâmico na economia do município, tanto em termos de geração de empregos como em movimentação de recursos. Nos últimos anos, também podemos destacar o crescimento nas áreas tecnológicas e da maricultura.

As características econômicas de Florianópolis mostram as várias possibilidades de obtenção de recursos, tanto para a sociedade quanto para a prefeitura. Porém a demanda em setores como saúde, infra-estrutura, saneamento básico e educação são vistas como a dos demais municípios brasileiros, ou seja, tem grande importância para a cidade. Há necessidades que não podem ser absorvidas pelo poder público municipal, cabendo a estes a procura por financiamento de longo prazo junto a instituições nacionais e internacionais.

A imagem de Florianópolis para muitos brasileiros e estrangeiros costuma ser de um lugar perfeito para passar as férias, com belas praias e povo hospitaleiro. De fato o visual magnífico e a sede do governo de Santa Catarina sempre sustentaram a cidade, porém nos últimos anos Florianópolis transformou-se num centro de inovações tecnológicas e empreendedorismo. Graças à combinação de boas universidades, qualidade de vida e incentivo fiscais, o setor de tecnologia ultrapassou o turismo e hoje é o maior pagador de impostos em Florianópolis. Uma sucessão de medidas, como a criação de uma incubadora de empresas para aproveitar o talento de engenheiros em 1986, um pacote de isenção de impostos municipais sobre serviços e a criação de um parque tecnológico, Florianópolis deu um salto qualitativo na área e se tornou importante pólo de excelência e inovação.

¹⁰

IBGE

Ao verificarmos as atividades econômicas de Florianópolis podemos constatar que há um aumento progressivo nas receitas do município que, segundo a prefeitura municipal de Florianópolis, teve um aumento de 31% entre 2003 e 2005. Através das receitas auferidas e das despesas incorridas, temos uma base de referência para a obtenção de novos empréstimos, já que estes somente serão aprovados se o município tiver indicadores compatíveis. A verificação dos empréstimos em andamento será feita ao final do capítulo, onde serão evidenciadas as fontes de financiamento, taxas praticadas e prazos de amortização.

5.1.1 Condições de Florianópolis

A evolução das receitas e despesas do município são importantes fontes de informações quanto às possibilidades de levantamento de crédito. A viabilidade de projetos importantes para a cidade, pode depender da “qualidade” dos números do município e a falta de recursos para estes projetos, pode ser resolvida com empréstimo, tanto internos quanto externos.

A tabela 9 condensa os principais indicadores das finanças do município de Florianópolis nos anos 2004 e 2005. Os anos de 2006 e 2007 não se encontram com os dados finais disponibilizados integralmente.

Tabela 9: Evolução despesas/receitas Florianópolis

<i>Detalhamento</i>	<i>Ano: 2005 (R\$)</i>	<i>Ano: 2004 (R\$)</i>
RECEITAS TOTAIS	445.214.266,00	398.058.934,00
Receitas Correntes	437.465.396,00	385.379.924,00
Receita Corrente Líquida	411.935.715,98	360.595.264,97
Operações de Crédito	2.928.845,93	9.636.666,00
DESPESAS TOTAIS	421.482.080,00	389.412.756,00
Despesas Correntes	374.713.794,00	344.434.282,00
Investimentos	36.758.851,88	35.889.598,18
Divida Consolidada Líquida	128.072.492,07	129.905.706,17

Fonte: PMF e Secretaria Tesouro Nacional
Elaboração: Autora

A partir dos dados da tabela 9, podemos fazer a análise dos indicadores mencionados no capítulo anterior, ou seja, podemos verificar a capacidade de endividamento do município e a real posição quanto às operações de crédito em andamento. A seguir será feita análise do município, contemplando algumas das etapas necessárias para obtenção de crédito:

a) Limite de Endividamento:

Tabela 10: Limite de Endividamento de Florianópolis

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida¹¹	Valor (R\$)	% RCL
Dívida Consolidada Líquida Atual	128.072.492,07	31,09
Limite Definido por Resolução do Senado Federal: 1,2 X RCL	494.322.859,20	120,00%

Fonte: STN¹²
Elaboração: Autora

Segundo análise dos dados, Florianópolis possui uma dívida consolidada líquida no valor de R\$ 128.072.492,07. Contudo, seu limite de endividamento é de aproximadamente R\$ 494,3 milhões. Sem problemas de se comprometer juridicamente, a prefeitura tem a possibilidade de captar junto a instituições financeiras cerca de R\$ 366,2 milhões. Porém existem outros limitantes à possibilidade de obtenção de recursos, conforme veremos nos próximos itens.

b) Capacidade de Pagamento

O município apresentou capacidade de pagamento para o ano de 2005 de R\$ 435.628.607,15, valor apurado de acordo com a Receita Líquida Real (RLR)¹³ do município. Com um limite de endividamento girando em torno de R\$ 366,2 milhões, vemos que a capacidade de pagamento é maior que o limite de endividamento, portanto com capacidade de honrar seus compromissos.

¹¹ Foi tomado como referência o ano de 2005.

¹² Secretaria do Tesouro Nacional

¹³ Segundo a Lei 9496/97 a RLR é a receita realizada nos doze meses anteriores ao mês imediatamente anterior àquele em que se estiver apurando, excluída as receitas provenientes de operação de crédito, de alienação de bens, de transferências voluntárias ou de doações recebidas com o fim específico de atender despesas de capital.

c) Limites para concessão de garantia

De acordo com a LRF, o município pode comprometer até 22% da sua receita Corrente Líquida como garantia na obtenção de empréstimos. Entretanto é usual o fornecimento das garantias pelo Tesouro Nacional. Na tabela 11 vemos as garantias do município de Florianópolis:

Tabela 11: Limites para concessão de Garantia

Garantia de Valores	Valor (R\$)	% Sobre a RCL
Limite definido por resolução do Senado Federal	90.625.857,52	22,00%
Total das Garantias	0,00	0,00%

Fonte: STN
Elaboração: Autora

Conforme a tabela 11, o município não apresentava no ano de 2005 nenhum valor empenhado como garantia de seus empréstimos, ou seja, todo o valor de garantia requisitado pelos organismos, foi praticado pelo Tesouro Nacional. O município apresenta limite de R\$90,5 Milhões para a captação de futuros empréstimos.

Alguns outros itens ainda devem ser observados para a contratação de empréstimos, principalmente oriundos de fontes externas, como a lei autorizativa Municipal para concessão das contra garantias e contra garantias oferecidas, a presença dos projetos a que se destinam no PPA do município e a adimplência com a união.

Conforme analisado, Florianópolis possui bons indicadores para a captação de recursos. Analisando o resultado de despesas e receitas, conforme verificado na tabela 9, vemos a evolução da receita corrente líquida, o que favorece a contratação de crédito. A elevação da RCL aumenta conseqüentemente o limite de endividamento e a capacidade de pagamento do município.

Apesar do aumento nos índices capazes de aumentar a obtenção de crédito, a prefeitura reduziu o valor das operações em R\$6,7 milhões de reais.

A captação de recursos, no entanto, ajudaria a elevar os investimentos no município, já que tais créditos só poderiam ser usados para investimentos em projetos que gerem desenvolvimento. Os investimentos em 2005 giravam em torno de 11,4% das despesas totais.

5.1.2 Linhas de Financiamento e a prefeitura de Florianópolis: Análise das operações de crédito em andamento nos anos 2004 e 2005.

A Secretaria de Tesouro Nacional apresenta em seu site, informações muito relevantes acerca da situação das operações de crédito de Florianópolis. As informações estão disponíveis a partir de 2001 até 2006. Para análise em questão, disporemos sobre os empréstimos dos anos e 2004 e 2005.

Na tabela 12 segue operações de crédito em andamento no ano 2004 do município de Florianópolis:

Tabela 12: Operações de crédito em andamento no ano de 2004 – Florianópolis

Nº ¹⁴	Finalidade do crédito	Vencimento da Operação	Garantias	Fonte	Total Captado (R\$)Mil
5	Implantação do Sistema Integrado de Transporte Coletivo	15/7/2008	FPM ¹⁵	Interna	18.000
6	Modernização da Administração Tributária do município	15/7/2008	FPM	Interna	7.700
7	Construção de casas populares	31/7/2020	ICMS	Interna	142
8	Regularizar cont sociais em atraso	31/12/2024	FPM	Interna	15.334
9	Regularizar cont sociais em atraso	10/8/2011	FPM	Interna	20.771
10	Regularizar taxa de ocupação em atraso	30/10/2005	Recursos Próprios	Interna	141
11	Regularizar cont sociais em atraso	31/12/2064	Bens Próprios	Interna	36.923
12	Infra-estrutura básica dos serv urbanos	31/12/2023	FPM/ICMS/ Próprias	Externa	65.522 ¹⁶
TOTAL					164.533

Fonte: STN
Elaboração: Autora

¹⁴ O número da operação refere-se a metodologia utilizada pela STN. As quatro primeiras operações referem-se a operações anteriores a 1994, portanto utilizando outras moedas.

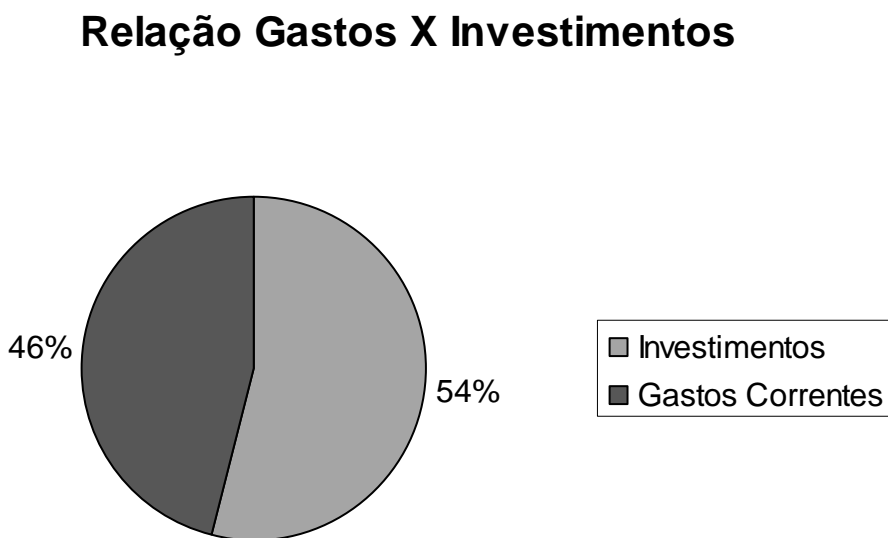
¹⁵ Fundo de Participação dos Municípios

¹⁶ O empréstimo foi efetuado por organismo internacional, portanto com valores em dólar. O valor praticado foi U\$22.400, convertido com a taxa média de cambio de 2004 de 2,92.

O município apresentou doze operações de crédito em andamento no ano de 2004 entre organismos nacionais e internacionais, totalizando valor captado de aproximadamente R\$164,5 milhões de reais. Há apenas uma operação externa contratada em 2004 no valor de U\$22.400mi. A taxa contratada para a operação foi 5,15% com periodicidade semestral e a finalidade foi de financiamento de infraestrutura básica dos serviços urbanos. A partir de 2004 a Prefeitura municipal de Florianópolis passa a buscar fontes alternativas de financiamento, haja vista as condições favoráveis de captação em organismos internacionais.

As principais fontes de recursos utilizadas foram internas, porém a única fonte externa captou 39,8% dos recursos e as garantias utilizadas foram na sua maioria do Fundo de Participação dos Municípios.

Gráfico 1: Relação Gastos Correntes e Investimentos – Florianópolis/2004



Fonte: STN
Elaboração: Autora

A tabela 13 mostra as operações de crédito do ano 2005 do município de Florianópolis:

Tabela 13: Operações de crédito em andamento no ano de 2005 – Florianópolis

Nº	Finalidade do Crédito	Vencimento	Garantias	Fonte	Total Captado (R\$)Mil
1	Regularizar cont sociais em atraso	15/11/2062	FPM	Interna	7.256
5	Implantação do Sistema Integrado de Transporte Coletivo	15/7/2008	FPM	Interna	18.000
6	Modernização da Administração Tributária do município	15/7/2008	FPM	Interna	7.700
7	Construção de casas populares	31/7/2020	ICMS	Interna	142
8	Regularizar cont sociais em atraso	31/12/2025	FPM	Interna	15.334
9	Regularizar cont sociais em atraso	10/4/2011	FPM	Interna	20.771
10	Regularizar cont sociais em atraso	31/12/2064	Bens Próprios	Interna	36.923
11	Infra-estrutura básica dos serv urbanos	31/12/2023	FPM/ICMS/Próprias	Externa	65.522
12	Parc de faturas de 05/1985 à 04/2005	16/8/2013	Receita Própria	Interna	1.022
13	Parc do saldo da Cosip de 03/2005	30/7/2013	Cota ICMS	Interna	521
14	Aq do Ed. Sede do Legislativo Municipal	10/2/2010	Receita Própria	Interna	4.500
TOTAL					177.691

Fonte: STN

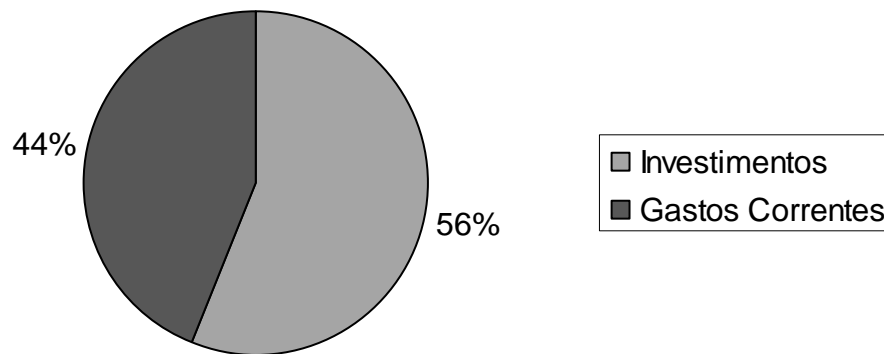
Elaboração: Autora

Analisando o ano de 2005, constata-se que a maioria das operações já fazia parte no ano de 2004, por possuírem prazo que ultrapassa o ano em questão. O valor total captado das operações em 2005 foi de R\$177,9 milhões de reais, sendo R\$95,8 milhões para investimentos e cerca de R\$81,8 milhões para demais gastos. Considerando que o valor absorve o total dos anos anteriores, devemos avaliar a diferença entre 2004 e 2005, e então descobrir o total dos novos valores captados.

Tivemos um acréscimo de quatro operações de crédito em 2005, além do término da operação nº 10 de 2004. O acréscimo de valores foi de aproximadamente R\$13,1 milhões de reais, devido à inclusão das operações nº 1, 12,13 e 14/2005 e a finalização da operação nº 10/2004.

Gráfico 2: Relação Gastos Correntes e Investimentos – Florianópolis/2005

Relação Gastos X Investimentos



Fonte: STN
Elaboração: Autora

Comparando os gráficos de 2004 e 2005, temos um incremento de 2% no valor dos investimentos, o que equivale a 4,5 milhões de reais, referentes à aquisição da sede do Legislativo Municipal.

Conseguimos então identificar, através de análise dos dados do município de Florianópolis, que mesmo possuindo ótimos indicadores para aumentar seu grau de endividamento e conseqüentemente conseguir financiar mais investimentos, ainda utiliza estas fontes de recursos com cautela. O acréscimo na quantidade de recursos de um ano para outro foi de aproximadamente R\$13,1 milhões, porém o aumento em gastos correntes foi cerca de R\$8,6 milhões enquanto que em investimentos foi de apenas R\$4,5 milhões.

5.2 JOINVILLE: CARACTERÍSTICAS

Joinville é o município mais populoso e industrializado de Santa Catarina. Possui um parque fabril com mais de 1500 indústrias, onde conforme informações da prefeitura do município, emprega cerca de 58 mil funcionários e cresce a média de 5,67% ano. Tem importância muito significativa para o Estado, e também para o Sul do País, ficando atrás em volume de receitas geradas ao setor público apenas de Curitiba e Porto Alegre. É responsável por cerca de 20% das exportações catarinenses, devidos principalmente a grande importância industrial. No município pode-se destacar o eixo metal-mecânico, têxtil, plástico, metalúrgico, químico e farmacêutico, que colocam a atividade industrial como a principal no município, gerando faturamento de R\$14,8 bilhões/ano. Entre as grandes empresas industriais sediadas no município, estão a Tigre, a Brasmotor e a Busscar.

A população estimada do município segundo a prefeitura é de aproximadamente 480 mil habitantes. Sendo uma referência industrial no Estado, possui proximidade com três importantes portos brasileiros, os de São Francisco do Sul e Itajaí em Santa Catarina e o de Paranaguá no Paraná. Além da importância industrial, Joinville é considerada nacionalmente um pólo produtor de software, voltado para a informatização integrada de empresas. O comércio e o turismo de eventos também tem destaque nas atividades econômicas do município, tendo com o festival de dança importante concentração de turistas entre os meses de julho e setembro que, através do Teatro Balé Bolshoi, consolida Joinville como pólo cultural.

Desde 2006, a cidade possui uma lei de incentivo à cultura, com dois mecanismos de apoio: um fundo com aplicação de recursos diretos do poder público municipal, e um mecenato, com renúncia fiscal e captação de recursos junto aos contribuintes de Imposto sobre Serviços (ISS) e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Algumas empresas situadas na cidade têm colaborado com a difusão da cultura local, patrocinando grandes eventos e mantendo em suas próprias estruturas, grupos de dança, coral, teatro e ações comunitárias

voltadas para a manutenção das tradições. A cidade mostra, que mesmo preservando as suas tradições, tem se modernizado buscando fontes alternativas de investimentos, evidenciando o leque de opções, que vai desde a indústria até o turismo de eventos, sabendo aproveitar ambas com muita propriedade.

5.2.1 Condições de Joinville

A partir de dados da prefeitura municipal de Joinville, veremos abaixo as informações referentes às contas do município, bem como a capacidade de pagamento para a obtenção de empréstimos junto a organismos de fomento. A análise se dará da mesma maneira que Florianópolis, evidenciando-se as receitas e despesas, que como consequência nos trarão as informações relevantes.

Apesar de possuírem números mais recentes e atualizados quanto às receitas e despesas, traremos os dados de 2004 e 2005, com intuito de comparar os municípios.

Tabela 14: Evolução despesas/receitas Joinville

<i>Detalhamento</i>	<i>Ano: 2005 (R\$)</i>	<i>Ano: 2004 (R\$)</i>
RECEITAS TOTAIS	619.082.078,00	535.235.164,00
Receitas Correntes	595.856.989,00	499.345.363,00
Receita Corrente Líquida	557.569.698,58	470.539.720,87
Operações de Crédito	8.907.861,00	26.454.475,00
DESPESAS TOTAIS	530.310.617,00	508.165.585,00
Despesas Correntes	458.364.597,00	420.511.899,00
Investimentos	60.764.593,00	80.635.724,00
Divida Consolidada Líquida	233.666.435,33	141.883.532,92

Fonte: PM Joinville e STN
Elaboração: Autora

A partir dos dados lançados na tabela, faremos uma análise dos números, mostrando se há viabilidade para a tomada de empréstimo, qual o valor disponível para o município, e ao final mostraremos os empréstimos em andamento e a diferença de disponibilidade para novos possíveis empréstimos.

a) Limite de Endividamento:

Tabela 15: Limite de Endividamento de Joinville

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Valor (R\$)	% RCL
Dívida Consolidada Líquida Atual	233.666.435,33	41,90%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal: 1,2 X RCL	669.083.638,29	120,00%

Fonte: STN
Elaboração: Autora

Com os dados aferidos, vemos que o município de Joinville possui uma dívida consolidada líquida no valor de R\$233.666.435,33 referente ao ano 2005. No entanto, seu limite de endividamento, segundo resolução do Senado Federal, é de aproximadamente 669 milhões. A diferença dos valores, cerca de R\$435,4 milhões, é o que a prefeitura poderá captar junto a instituições financeiras.

b) Capacidade de Pagamento

A capacidade de pagamento do município em 2005 foi de R\$595,8 milhões aproximadamente, valor da receita líquida real do município. Como o limite de endividamento é cerca de R\$669 milhões, devemos considerar o limite para tomada de créditos de até o valor estipulado na capacidade de pagamento.

c) Limites para concessão de garantias

Tabela 16: Limites para concessão de Garantia - JOINVILLE

Garantia de Valores	Valor (R\$)	% Sobre a RCL
Limite definido por resolução do Senado Federal	122.665.333,68	22,00%
Total das Garantias	0,00	0,00%

Fonte: STN
Elaboração: Autora

A tabela, da mesma maneira que no município de Florianópolis, mostra que o município de Joinville não apresentava nenhum valor empenhado em garantia para captação de recursos. O município apresenta limite de R\$122,6 milhões para a captação de futuros empréstimos.

O município analisado possui indicadores positivos para possíveis contratações de empréstimos. A receita corrente líquida, indicador fundamental para a tomada de empréstimos, teve uma elevação de 18,4% entre os dois anos analisados, entretanto, o valor das operações de crédito teve uma queda drástica, em torno de 190%, ou seja, aproximadamente R\$17,5 milhões de reais.

O valor referencia dos investimentos também teve queda de aproximadamente 32,7%, sendo que o percentual de investimentos relacionados a despesas do município não passa de 8,7%.

5.2.2 Linhas de Financiamento e a prefeitura de Joinville: Análise das operações de crédito em andamento nos anos 2004 e 2005.

Seguindo a mesma linha de análise, a partir do site da Secretaria do Tesouro Nacional, faremos uma análise dos empréstimos em andamento feitos pelo município de Joinville nos anos 2004 e 2005.

Na tabela 17 as operações de crédito realizadas pelo município em 2004:

Tabela 17: Operações de crédito em andamento no ano de 2004 - Joinville

Nº	Finalidade do Crédito	Vencimento	Garantias	Fonte	Total Captado (R\$) Mil
1	Pró-Saneamento/San. Básico e Drenagem urbana	30/3/2006	ICMS/FPM	Interna	15.000
2	Pró-FDM/Drenagem e Pavimentação de vias urbanas	10/1/2008	ICMS/FPM	Interna	12.000
3	Implantação etapa programa modernização	30/11/2012	ICMS	Interna	33.118
4	Modernização Tecnológica	1/5/2021	ICMS/FPM	Interna	9.691
5	Projeto CURA	30/12/2007	ICMS	Interna	194.370
6	Refinanciamento de Dívida	31/12/2029	ICMS/FPM	Interna	31.610
7	Transporte Coletivo	31/12/2007	ICMS/FPM	Interna	7.997
8	Habitação para engentes	30/12/2020	ICMS	Interna	198.278
9	Parc de Dívida junto ao INSS	30/12/2012	FPM	Interna	2.029
10	Parc de Dívida junto ao IPREVILLE	20/5/2020	ICMS	Interna	27.926
11	Aquisição imóvel IPREVILLE	2/1/2019	Não Consta	Interna	3.580
12	PASEP	20/12/2013	ICMS	Interna	508.000
TOTAL					1.043.599

Fonte: STN

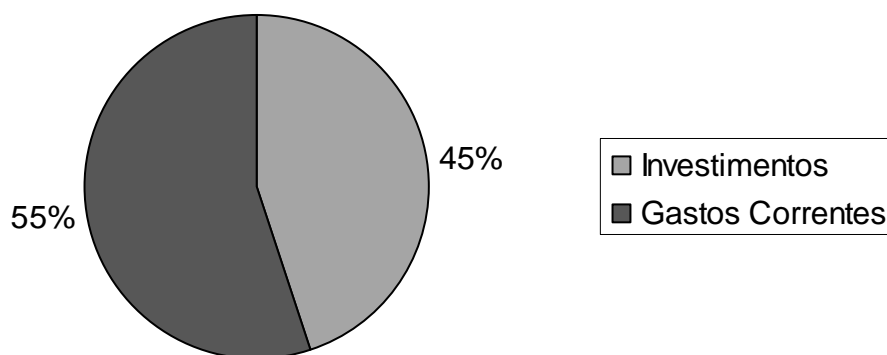
Elaboração: Autora

As operações de crédito do município de Joinville são exclusivamente procedentes de fontes internas de financiamento, totalizando valor captado de R\$1.043.599.000,00.

Analisando as garantias, vemos que todas são procedentes de Imposto Circulação sobre Mercadorias e Serviços, ICMS e Fundo de Participação dos Municípios, FPM. Dentre os valores captados através das doze operações, três delas se destacam, captando cerca de 86,3% do total.

Gráfico 3: Relação Gastos Correntes e Investimentos – Joinville/2004

Relação Gastos X Investimentos



Fonte: STN
Elaboração: Autora

De acordo com o gráfico, a prefeitura de Joinville apresentou em 2004 mais de 1 bilhão de reais emprestados, cerca de 55% desses valores foram utilizados para gastos correntes enquanto que apenas 45% dos valores foram utilizados para investimentos. Dentre os valores utilizados para cobrir despesas com gastos correntes, destaca-se o nº 12, no valor de R\$508 milhões de reais utilizado para cobrir gastos com PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

Na tabela 18 vemos operações de crédito do ano 2005 do município de Joinville:

Tabela 18: Operações de crédito em andamento no ano de 2005 - Joinville

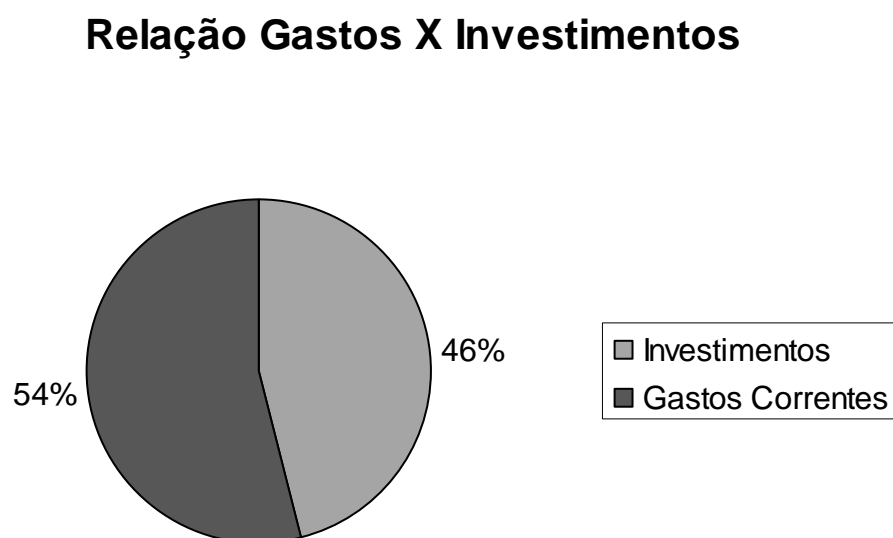
Nº	Finalidade do Crédito	Vencimento	Garantias	Fonte	Total Captado (R\$) Mil
1	Pró-Saneamento/San. Básico e Drenagem urbana	30/3/2006	ICMS/FPM	Interna	15.000
2	Pró-FDM/Drenagem e Pavimentação de vias urbanas	10/1/2008	ICMS/FPM	Interna	12.000
3	Implantação etapa programa modernização	30/11/2012	ICMS	Interna	33.118
4	Modernização Tecnológica	1/5/2021	ICMS/FPM	Interna	9.691
5	Projeto CURA	30/12/2007	ICMS	Interna	194.370
6	Refinanciamento de Dívida	31/12/2029	ICMS/FPM	Interna	31.610
7	Transporte Coletivo	31/12/2007	ICMS/FPM	Interna	7.997
8	Habitação para engentes	30/12/2020	ICMS	Interna	198.278
9	Parc de Dívida junto ao INSS	30/12/2012	FPM	Interna	2.029
10	Parc de Dívida junto ao IPREVILLE	20/5/2020	ICMS	Interna	27.926
11	Aquisição imóvel IPREVILLE	2/1/2019	Não Consta	Interna	3.580
12	PASEP	20/12/2013	ICMS	Interna	508.000
13	Pavimentação das Vias Urbanas	10/1/2009	ICMS/FPM	Interna	5.000
TOTAL					1.048.599

Fonte: STN

Elaboração: Autora

Da mesma maneira que em Florianópolis, as operações de crédito de 2005 em Joinville, já faziam parte em 2004. Apenas uma operação foi acrescentada em 2005 referente a pavimentação das vias urbanas, no valor de R\$5 milhões. Segue abaixo gráfico do arranjo entre Gastos Correntes e Investimentos: O total utilizado para financiar investimos foi cerca de R\$479 milhões de reais, enquanto que para gastos em demais finalidades foram mais de R\$569,5 milhões de reais.

Gráfico 4: Relação Gastos Correntes X Investimentos – Joinville/2005



Fonte: STN
Elaboração: Autora

Entre os anos analisados, vemos uma pequena evolução dos Investimentos em R\$5 milhões, referente especificamente a operação nº 13. Através da análise dos empréstimos feitos pelo município, vemos que Joinville utiliza mais largamente sua capacidade de endividamento se comparado a Florianópolis. Porém, fica bem evidenciado também que uma grande quantidade dos valores tomados são utilizados para gastos com despesas correntes, ou seja, são tomados empréstimos para financiar gastos que não colaboram diretamente para o desenvolvimento do município.

5.3 CHAPECÓ: CARACTERÍSTICAS

O município de Chapecó, localizado a 630km de Florianópolis, é importante pólo agroindustrial do Sul do Brasil, além de destacado centro econômico e político. A cidade é conhecida como “capital” do Oeste por ser pólo de uma região

com cerca de 200 municípios e mais de dois milhões de habitantes, onde se encontram as sedes das principais empresas processadoras e exportadoras de carnes de suínos, aves e derivados do Brasil. Estima-se uma população de mais de 170.000 habitantes

Dados do IBGE apontam para um crescimento de 5,6% ao ano no município, acima da média estadual que é de 4,75%. O parque industrial do município, baseado historicamente na agroindústria, encontra-se em amplo processo de diversificação. Suprindo a demanda dos frigoríficos locais e regionais, as indústrias dos ramos metal-mecânico crescem produzindo equipamentos para os mercados nacionais e internacionais. Estão também presentes os ramos de plásticos e embalagens, transportes, móveis, bebidas, biotecnologia na industrialização de carnes, software e outros. Além disso, o município conta com diversas feiras, realizadas no parque de exposições Tancredo de Almeida Neves, reconhecido como um dos melhores parques de exposições do Sul do País e o melhor de Santa Catarina.

5.3.1 Condições de Chapecó

Seguindo a mesma linha de levantamento dos valores, será identificado a seguir os dados referentes às contas do município. Através de valores como receitas, despesas e investimentos.

A tabela abaixo sintetiza os principais indicadores, necessários à captação de recursos do município de Chapecó, entre os anos 2004 e 2005.

Tabela 19: Operações de crédito em andamento no ano de 2004 - Chapecó

<i>Detalhamento</i>	<i>Ano: 2005(Mil)</i>	<i>Ano: 2004(Mil)</i>
RECEITAS TOTAIS	181.350.471,00	152.684.245,00
Receitas Correntes	172.717.076,00	147.667.888,00
Receita Corrente Líquida	160.067.139,27	137.152.000,00
Operações de Crédito	2.826.996,00	4.221.720,00
DESPESAS TOTAIS	164.635.795,00	141.575.381,00
Despesas Correntes	142.096.810,00	125.067.239,00
Investimentos	17.049.697,00	12.044.943,00
Dívida Consolidada Líquida	20.902.481,18	6.930.000,00

Fonte: STN
Elaboração: Autora

Através dos dados da tabela 19, verificaremos os índices de endividamento, capacidade de pagamento, entre outros. Com os dados colocados, podemos verificar os itens necessários à obtenção de empréstimos.

a) Limite de Endividamento:

Tabela 20: Limite de Endividamento de Chapecó

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Valor (R\$)	% RCL
Dívida Consolidada Líquida Atual	20.902.481,18	13,05
Limite Definido por Resolução do Senado Federal: 1,2 X RCL	192.080.567,12	120,00%

Fonte: STN
Elaboração: Autora

Chapecó possui uma dívida consolidada líquida de aproximadamente R\$20,9 milhões, porém seu limite de endividamento é de cerca de R\$192 milhões. A prefeitura pode captar junto a instituições financeiras cerca de R\$171,1 milhões de reais sem problemas jurídicos. Entretanto, os créditos somente serão concedidos se analisados juntamente os próximos itens.

b) Capacidade de pagamento

O município apresentou capacidade de pagamento em 2005 de R\$172.717.076,00, valor da receita líquida real do município. Apesar do limite de

endividamento ser maior que a capacidade, verificamos que o valor para possíveis empréstimos não pode passar da capacidade de pagamento.

c) Limites para a concessão de garantia

Tabela 21: Limites para concessão de Garantia/Chapecó

Garantia de Valores	Valor	% Sobre a RCL
Limite definido por resolução do Senado Federal	35.207.725,16	22,00%
Total das Garantias	0,00	0,00%

Fonte: STN

Elaboração: Autora

Conforme os exemplos anteriores, o município de Chapecó não possui nenhum valor empenhado em garantia, ou seja, todas as garantias necessitadas pelos credores foram dadas pelo Tesouro. O município apresentou valor de aproximadamente R\$35,2 milhões de reais para possíveis garantias.

O município apresenta bons índices para a tomada de créditos, com valores crescentes de receitas corrente líquida a ordem de 16,7%, fazendo com que seja possível maior contratação de crédito. A elevação da RCL possibilita aumento no índice de endividamento e capacidade de pagamento.

Porém, mesmo com aumento na RCL e na possibilidade de endividamento, o município apresentou queda de aproximadamente 33% nas operações de crédito, cerca de R\$1,4 milhões. Entretanto, apesar da redução no valor das operações de crédito, o município apresentou elevação de 41,5% nos Investimentos, que em 2005 representava cerca de 10,3% das despesas totais.

5.3.2 Linhas de Financiamento e a prefeitura de Chapecó: Análise das operações de crédito em andamento nos anos 2004 e 2005.

A tabela 22 mostra informações das operações de crédito em andamento no ano 2004 do município de Chapecó:

Tabela 22: Operações de crédito em andamento no ano de 2004 – Chapecó

Nº	Finalidade do Crédito	Vencimento	Garantias	Fonte	Total Captado (R\$)Mil
2	Renegociação dividas cfe MP 1811/99	30/12/2029	FPM	Interna	8.231
4	Regularização de débitos junto ao INSS	26/7/2021	FPM	Interna	2.883
5	Construção de 25 unidades habitacionais rurais	12/12/2016	ICMS	Interna	198
6	Construções unidades habitacionais para famílias de baixa renda	28/6/2014	ICMS	Interna	188
7	Drenagem águas pluviais	22/6/2014	FPM/ICMS	Interna	176
8	Execução Conj hab e creches	22/6/2015	ICMS	Interna	1.496
9	Aquis. Terreno, estudos, projetos, aterro sanitário	22/2/2014	ICMS	Interna	108
10	Const 148 unid habitacionais, energia, iluminação publica, centro comunitário	31/3/2015	FPM/ICMS	Interna	679
11	Parc debito referente faturas água e esgoto	26/2/2004	ICMS	Interna	124
12	Ampliação parque de máquinas e equipamentos	18/4/2004	FPM/ICMS	Interna	682
13	Parc dividas ref energia elétrica	26/2/2004	ICMS	Interna	36
14	Aquisição de imóvel	21/12/2004	ICMS	Interna	1.700
15	Parc débitos PASEP	1/8/2008	FPM/ICMS	Interna	3.726
16	Parc débitos PASEP	1/8/2008	FPM/ICMS	Interna	542
17	Parcelamento Div. CELESC dec. forn. energia elé.	31/12/2004	ICMS	Interna	359
18	Empreendimento comunitário esporte/lazer	1/2/2008	ICMS	Interna	346
19	Execução obras pavimentação	1/2/2008	ICMS	Interna	4.653
20	PMAT – Modernização adm tributária	30/6/2012	FPM	Interna	2.380
21	Exec. Ações saneamento ambiental	31/7/2012	FPM	Interna	3.742
TOTAL					32.249

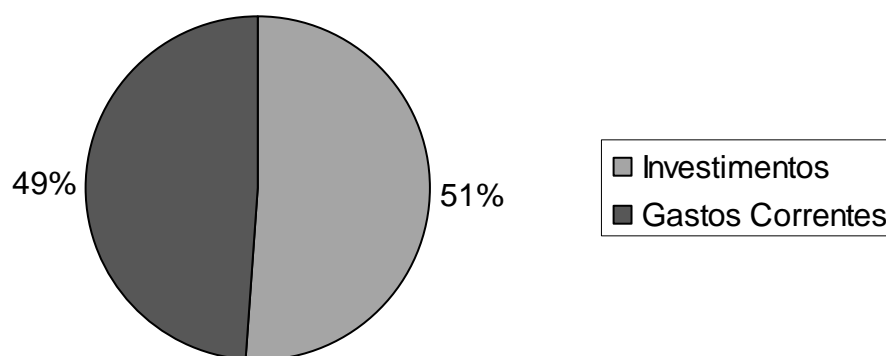
Fonte: STN

Elaboração: Autora

As operações de crédito do município totalizam mais de R\$32 milhões, sendo todas fontes de origem nacional. As operações apresentam valores relativamente uniformes, com valores pouco discrepantes. As garantias das operações são exclusivamente ICMS e FPM. Segue gráfico abaixo:

Gráfico 5: Relação Gastos Correntes e Investimentos – Chapecó/2004

Relação Gastos X Investimentos



Fonte: STN

Elaboração: Autora

Segue abaixo operações de crédito em andamento no ano 2005 do município de Chapecó:

Tabela 23: Operações de crédito em andamento no ano de 2005 – Chapecó

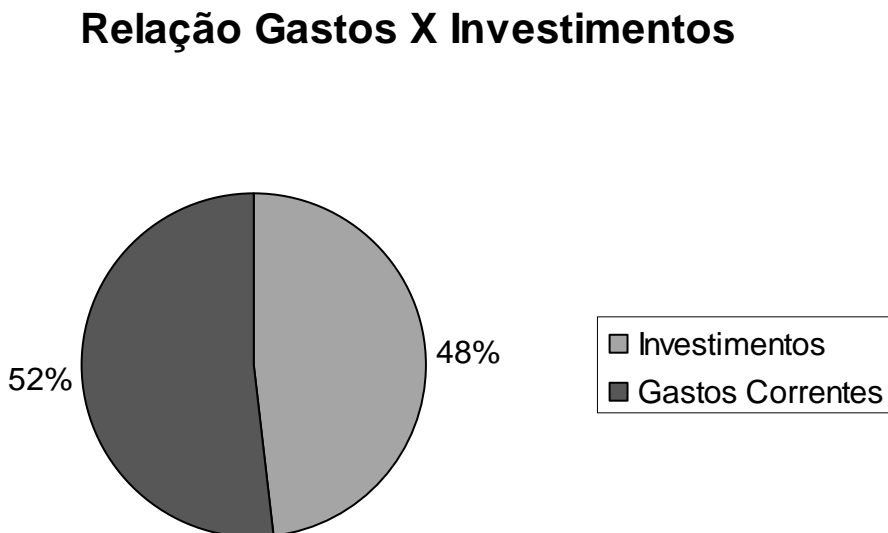
Nº	Finalidade do Crédito	Vencimento	Garantias	Fonte	Total Captado (R\$)
1	Execução obras pavimentação	1/2/2008	ICMS	Interna	4.653
2	PMAT – Modernização adm tributária	30/6/2012	FPM	Interna	2.380
3	Exec. Ações saneamento ambiental	31/7/2012	FPM	Interna	3.742
4	Renegociação dividas cfe MP 1811/99	30/12/2029	FPM	Interna	8.231
6	Regularização de débitos junto ao INSS	44403	FPM	Interna	2.883
7	Construção de 25 unidades habitacionais	12/12/2016	ICMS	Interna	198
8	Construções unidades habitacionais para famílias de baixa renda	28/6/2014	ICMS	Interna	188
9	Drenagem águas pluviais	22/6/2014	FPM/ICMS	Interna	176
10	Execução Conj hab e creches	22/6/2015	ICMS	Interna	1.496
11	Aquis. Terreno, estudos, projetos, aterro sanitário	22/2/2014	ICMS	Interna	108
12	Const 148 unid habitacionais, energia, iluminação publica, centro comunitário	31/3/2015	FPM/ICMS	Interna	679
13	Parc débitos PASEP	1/8/2008	FPM/ICMS	Interna	3.726
14	Parc débitos PASEP	1/8/2008	FPM/ICMS	Interna	542
15	Empreendimento comunitário esporte/lazer	1/2/2008	ICMS	Interna	346
TOTAL					29.348

Fonte: STN

Elaboração: Autora

O município apresentou 15 operações de crédito em andamento no ano de 2005, somente entre fontes nacionais, totalizando valor captado acima de R\$29 milhões de reais. A maioria das operações se mantém de 2004 para 2005, com um pequeno decréscimo de R\$2,9 milhões. Foram mais de R\$13,9 milhões de reais utilizados para investimentos e cerca de R\$15,3 milhões de reais utilizados para consecução de refinanciamentos e quitação de dívidas.

Gráfico 6: Relação Gastos Correntes e Investimentos – Chapecó/2005



Fonte: STN

Elaboração: Autora

5.4 Análise Comparativa entre os municípios de Florianópolis, Joinville e Chapecó: Condições de Financiamento e Obtenção de Empréstimos.

Vemos através das planilhas apresentadas que os três municípios descritos apresentam grande quantidade de operações. Na tabela 24 vemos um comparativo:

Tabela 24:Comparativo entre os municípios selecionados¹⁷

	Florianópolis (R\$)	Joinville (R\$)	Chapecó (R\$)
RECEITAS TOTAIS	445.214.266,00	619.082.078,00	181.350.471,00
DESPESAS TOTAIS	421.482.080,00	530.310.617,00	164.635.795,00
RCL	411.935.715,98	557.569.698,58	160.067.139,27
INVESTIMENTOS	36.758.851,88	60.764.593,00	17.049.697,00
EMPRESTIMOS TOTAIS EM ANDAMENTO	177.691.000,00	1.048.599.000,00	29.348.000,00

Fonte: STN

Elaboração: Autora

O município de Florianópolis possui 39,9% do valor das suas receitas totais em empréstimos, enquanto que Joinville apresenta um valor muito superior, cerca de 169,3%. Chapecó está bem abaixo dos dois municípios, com cerca de 16% do valor de suas receitas totais em empréstimos. Considerando os empréstimos com a finalidade de investimentos, dos 39,9% que Florianópolis apresenta em empréstimos, cerca de 21,5% são destinados a projetos que visam desenvolvimento. Para Joinville, dos 169,3% acima descritos, cerca de 77,3% se destinam a investimentos, enquanto que para Chapecó 7,7% dos 16% utilizados para obtenção de financiamentos foram para projetos que visem desenvolvimento.

Através de dados apresentados no decorrer deste capítulo, vemos que a grande maioria das operações feitas pelos municípios pesquisados usou fontes internas de recursos. Os municípios apresentam um grande número de operações durante os anos analisados, porém não expandem suas operações para além das fronteiras do País.

O município de Florianópolis apresenta em 2004 uma operação de crédito com origem externa do Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata). A Beira-mar Continental foi uma das obras viabilizadas através do empréstimo, além de outras seis obras de infra-estrutura urbana. Esse é o primeiro empréstimo externo contraído pela prefeitura de Florianópolis, e o valor captado (22,4 milhões de dólares), representou cerca de 30% a capacidade de endividamento da prefeitura. O pagamento será feito em 20 anos, com carência de cinco anos e meio para o início dos pagamentos e mais 14 anos e seis meses para saldar a dívida.

¹⁷ O comparativo refere-se ao ano 2005.

A partir de então o município começa a “expor-se” a fontes de financiamento internacionais, as quais apresentadas no capítulo anterior, apresentam valores expressivos para financiamentos de projetos de desenvolvimento, com taxas atraentes e prazos de amortização elásticos. Em 2006 o município apresentou mais uma operação com organismo internacional, através da Corporação Andina de Fomento (CAF). Nos dois casos, o objeto de financiamento foi à melhoria na infra-estrutura dos serviços urbanos.

O município de Joinville contrai seu primeiro financiamento internacional em 2006, através do Fonplata. O financiamento é destinado ao Programa de Eixos Ecológicos e Estruturação de Parques Ambientais no município, que prevê a construção de ciclovias, pavimentação de ruas e construção de novas praças, no valor de US\$11,8 milhões de dólares. Segundo a Prefeitura Municipal de Joinville:

“Todas estas obras trarão um retorno importante para a cidade. A curto e médio prazo, "estes novos parques elevarão a qualidade de vida de toda a população, atraindo novos empreendimentos, gerando empregos e tornando Joinville ainda mais bonita e agradável para se viver." (Prefeitura Municipal de Joinville, 2008).

Até o momento, o município apresentava inúmeras operações de crédito, porém essencialmente de fontes internas. Após 2006, Joinville apresentou uma nova operação, agora com o BID. O projeto de US\$ 54,45 milhões de dólares foi denominado Programa de Revitalização Ambiental e Qualificação Urbana das Bacias Elementares dos Rios Cachoeira, Cubatão e Piraí, que tem por objetivo buscar a melhoria da qualidade de vida da população de Joinville, com iniciativas a proteger áreas de mananciais, ampliar os sistemas de saneamento urbano, drenagem e pavimentação. O financiamento do BID é de US\$ 32,67 milhões, com contra-partida do município de US\$21,79 milhões, tem prazo de amortização de 25 anos, sendo cinco anos de carência e taxas de juros ajustáveis. Conforme informações do BID:

“O programa destina-se a melhorar a qualidade ambiental da cidade mediante a implementação de ações de controle de enchentes e melhoria

da qualidade da água. A melhora das condições sanitárias levará a reduções na incidência de doenças transmitidas por água contaminada e a melhores índices de saúde. Além disso, durante a fase de construção o programa gerará oportunidades de emprego temporário para trabalhadores não qualificados. (Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, 2008)”

Já o município de Chapecó não apresentou nenhuma operação externa nos anos analisados, obtendo a sua primeira operação de crédito com fonte externa em 2007. O financiamento foi solicitado para obras do Programa de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Viária de Chapecó, com o propósito específico de construção de corredores de ônibus em bairros do município, que conforme estudo, diminuirá o tempo de deslocamento dos passageiros. De acordo com o coordenador do Projeto de Melhoria do município, o custo do empréstimo externo será menor que as ofertas de financiamento oferecidas no Brasil, além de possuir prazo de 20 anos, sendo cinco de carência. O prazo de amortização é de 15 anos, com a primeira quota a ser paga seis meses após o desembolso dos recursos do financiamento, e o custo do projeto de US\$29,5 milhões de dólares, (R\$ 64,9 milhões). Conforme informações da prefeitura de Chapecó (2008):

“O Programa financiado pelo Fonplata e pelo município visa contribuir para o desenvolvimento econômico de Chapecó através da melhoria e expansão da infra-estrutura viária. Vai melhorar as condições de circulação de veículos e a ligação terrestre de Chapecó com o resto do país e os países do Mercosul. Terá reflexos imediatos na redução do tempo de viagem para diferentes modos de transporte, custos operacionais dos veículos, número de acidentes com vítimas e poluição sonora e do ar, além de melhorar a ligação e integração urbana entre as diversas áreas da cidade”. (Prefeitura Municipal de Chapecó, 2008)

Através da análise dos municípios, identificamos poucas operações de crédito com fontes internacionais. Entretanto, a partir de 2004, quando Florianópolis capta seu primeiro financiamento externo, as cidades analisadas partem para a diferenciação das fontes. Através da análise de captações no Estado de Santa Catarina como um todo, vemos operações também em municípios menores. Além das cidades citadas, e do próprio Estado de Santa

Catarina sendo tomador. Os municípios de Balneário Camboriú, Itajaí, Lages e São Bento do Sul também adquiriram financiamentos externos.

Através da análise do relatório oficial de financiamentos externos adquiridos por prefeituras e estados brasileiros, disponível no site do ministério do planejamento, constatamos a diversificação das fontes utilizadas e a variedade de projetos existentes, que vão desde projetos ambientais e sociais à infra-estrutura e desenvolvimento urbano em geral. A diferença encontrada entre os projetos financiados com recursos internacionais, para os de financiamento nacional, são a categoria do projeto, ou seja, são exclusivamente subsidiados projetos que visem o desenvolvimento do lugar.

De acordo com o ministério do planejamento, hoje Santa Catarina conta com 16 projetos com fontes de recursos externas em andamento, sendo sete projetos do próprio Estado e nove projetos dos municípios catarinenses. Os municípios de Camboriú, Lages, São Bento do Sul e Itajaí já estão em fase de preparação e negociação do contrato e já estão com a aprovação da COFIEIX, porém sem taxas e prazos definidos. O estado possui quatro projetos em execução e três em estágios de preparação. Entre os municípios somente um projeto de Florianópolis e outro de Joinville já estão em execução. Segue abaixo tabela dos projetos em execução para o Estado de Santa Catarina:

Tabela 25: Financiamentos com recursos externos nos municípios pesquisados

Local \ Características	Instituição	Finalidade	Valor Captado ¹⁸ (Mil R\$)	Taxa ¹⁹	Carência	Amortiz.
Estado de SC	BIRD	Meio Ambiente	62800	6,35	5 ANOS	15 ANOS
Estado de SC	BID	Transportes	150000	6,35	5 ANOS	20 ANOS
FLORIANOPOLIS	FONPLATA	Desenvolvimento Urbano	22400	5,15	5 ANOS	20 ANOS
JOINVILLE	FONPLATA	Meio Ambiente	11800	2,75+Libor	5 ANOS	20 ANOS

Fonte: STN

Elaboração: Autora

Através da análise da tabela, verifica-se que Florianópolis obteve menor taxa de juros na negociação, enquanto que o Estado de Santa Catarina, mesmo

¹⁸ Valores expressos em milhões de dólares.

¹⁹ A libor foi cotada em 30/01/08 em 2,98%aa. Fonte: ECONOMAGIC

com duas fontes diferentes obteve taxas de juros iguais. Apesar da taxa menor, deve-se analisar as comissões que serão embutidas, conforme visto no capítulo anterior. O município de Joinville acertou taxa de 2,75 mais a libor vigente, que ficaria em torno de 5,73 em 01/2008. A carência de cinco anos foi unânime e o prazo de amortização do BIRD de 15 anos, enquanto que dos demais banco foi de 20 anos, ou seja, mais prazo para o pagamento das parcelas.

O Estado de Santa Catarina e os municípios acima expostos começam a apresentar operações de crédito internacionais a partir de 2002. Das 16 operações já aprovadas pelo ministério do planejamento, 10 estão em fase de preparação, negociação do contrato ou assinatura, ou seja, há uma crescente na demanda por fontes internacionais, o que barateia os recursos e torna viável a consecução de obras e solicitações da sociedade e do poder público, com a importância de projetos que visem desenvolvimento para as localidades.

5.5 ANÁLISE DAS OPERAÇÕES EXTERNAS EM DIVERSOS MUNICIPIOS BRASILEIROS: UM COMPARATIVO COM AS OPERAÇÕES EM SANTA CATARINA

A falta de investimentos por parte do poder público é generalizada no país, cabendo, portanto, a praticamente todos os estados e municípios a vontade de realizar investimentos que julguem prioritários para a sua localidade.

De acordo com o ministério do planejamento, todos os estados brasileiros possuem alguma solicitação de financiamento externo, seja em andamento, seja em negociação de contrato ou em execução. Abaixo segue algumas operações de crédito em execução entre alguns estados e municípios do País, informações estas retiradas da Secretaria de tesouro Nacional, comparativamente com os de Santa Catarina.

Tabela 26: Financiamentos externos em algumas cidades/estados brasileiros

Local \ Características	Instituição	Finalidade	Valor Captado ²⁰ (R\$ Mil)	Taxa ²¹	Carência	Amortiz.
Porto Alegre	BID	Desenvolvimento Urbano	76500	7,00	6 ANOS	20 ANOS
Porto Alegre	FONPLATA	Social	27500	6,08		15 ANOS
Curitiba	BID	Transportes	120000	6,50	5 ½ ANOS	20 ANOS
Rio de Janeiro	JBIC	Meio-Ambiente	294200	4,13	7 ANOS	25 ANOS
Rio de Janeiro	BIRD	Transportes	168828	5,34	4 ½ ANOS	9 ANOS
Rio de Janeiro	BID	Desenvolvimento Urbano	180000	5,41	6 ANOS	25 ANOS
São Paulo	BID	Meio-Ambiente	15000	4,50	4 ANOS	25 ANOS
São Paulo	BIRD	Transporte	209000		5 ANOS	15 ANOS
São Paulo-SP	BID	Meio-Ambiente	229568	4,62	7 ½ ANOS	25 ANOS
Minas Gerais	BIRD	Desenvolvimento	170000	4,90	3 ANOS	18 ANOS
Distrito Federal	BID	Saneamento Básico	130000	6,29	5 ANOS	25 ANOS

Fonte: STN

Elaboração: Autora

De acordo com a tabela, os Estados e Municípios destacados possuem operações em andamento com órgãos internacionais e a partir deles, conseguem financiamentos para projetos de desenvolvimento a custos subsidiados e com prazos de carência e amortização mais elásticos que as fontes internas de recursos.

Cada fonte, conforme analisado no capítulo anterior, possui como objetivo financiar determinado tipo de projeto. Haverá, também, a cada tipo de projeto de uma determinada finalidade, isenções e taxas diferenciadas, dependendo da fonte e de suas prioridades.

Dentre as fontes analisadas, vemos uma maior incidência de recursos provenientes do BID e BIRD. As informações aqui colocadas foram as divulgadas com os dados completos na secretaria de tesouro nacional, haja vista muitas operações sem as devidas identificações quanto à carência, prazo de amortização ou taxas utilizadas.

As taxas utilizadas não podem ser verificadas por si só, já que além das taxas cada financiador apresenta uma série de comissões de compromisso ou

²⁰ Valores expressos em milhões de dólares.

²¹ A libor foi cotada em 30/01/08 em 2,98%aa. Fonte: ECONOMAGIC

outras comissões. Analisando conjuntamente as taxas, com os dados pertinentes do capítulo anterior quanto às comissões, vemos o JBIC como um dos melhores financiador para projetos de desenvolvimento. O banco apresenta na tabela apenas uma operação com o Estado do Rio de Janeiro, a qual possui uma taxa de 4,13%, com carência de sete anos para o começo dos pagamentos e prazo de 25 anos para amortização. Portanto, além de possuir baixas taxas de financiamento, prazos de carência e amortização longos, o banco não possui comissões de compromisso ou outras comissões.

As operações que envolvem recursos para meio ambiente possuem prazos mais longos de amortização, de 20 a 25 anos. Isto é consequência da preocupação crescente com a preservação e com medidas que visem um melhor e mais cauteloso uso dos recursos naturais.

As condições obtidas pelos municípios catarinenses se assemelham às condições dos demais municípios e estados brasileiros. A diferenciação, conforme já explicitado, se dá no âmbito do destino dos recursos, haja vista a preocupação dos órgãos financiadores com o emprego correto do recurso, sem extravios ou mudanças de finalidade.

6 CONCLUSÃO

O presente trabalho propôs avaliar e identificar as operações de crédito em andamento nos municípios de Florianópolis, Joinville e Chapecó, bem como prospectar fontes de financiamento para projetos de desenvolvimento. Através da análise das fontes, pôde-se verificar a viabilidade das linhas de crédito e suas implicações.

O endividamento toma o centro das atenções principalmente devido a escassez de recursos, uma vez que o governo pode, através de operações de crédito, estimular o desenvolvimento. As falhas de mercado justificam a intervenção do governo, já que sob certas condições os mercados geram alocações ineficientes de recursos. A partir de indicadores da capacidade de pagamento e limites de endividamento podemos mostrar que os municípios podem tomar financiamentos para a consecução de obras importantes para a sociedade.

Toda e qualquer proposição de financiamento deve ser precedida de alguns itens relevantes para a tomada de crédito. A análise do plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual do município são imprescindíveis para se pleitear financiamentos, já que nenhum investimento pode ocorrer sem antes estar previsto no plano plurianual do município. Além disso, as contas do município devem estar equilibradas e conforme citado anteriormente, o mesmo deve possuir capacidade de pagamento e limite de endividamento compatíveis com a solicitação.

Ao analisar as instituições que financiam o setor público e que mais operam no país, vemos que as fontes nacionais vêm particularmente de duas fontes: BNDES e BRDE. As duas fontes possuem diversas operações em andamento no país, porém perdem competitividade se comparadas a fontes internacionais. Dentre as fontes internacionais, as possibilidades são variadas. Os governos municipais deveriam dar mais atenção às linhas de financiamento concedidas pelas instituições financeiras internacionais, haja vista a grande quantidade delas, com melhores taxas que as nacionais e prazos mais elásticos de amortização e

carência. Dentre as fontes externas, a maioria possui destinos que as subsidiam, ou seja, o JBIC por exemplo, possui taxas baixas e não apresenta comissões de compromisso, porém direciona seus investimentos para áreas de meio-ambiente. Cada uma delas é direcionada para algumas áreas específicas, e mesmo possuindo taxas maiores, poderão possuir prazo de amortização mais longo, por exemplo, cabendo ao tomador escolher quais dos critérios melhor lhe atende.

Uma das principais dificuldades na obtenção de financiamentos internacionais se dá devido a grande quantidade de etapas a cumprir, exigidas pelos órgãos internacionais. Cada etapa demanda uma série de pré-requisitos, que por sua vez demandam pessoas capacitadas para a execução. Cabe, então, ao município, capacitar pessoal para a elaboração dos projetos, bem como o acompanhamento e devidos ajustes.

As cidades analisadas possuem ótimos indicadores relativos ao limite de endividamento e a capacidade de pagamento, além de terem totalmente disponíveis as garantias para as operações. Atualmente todas as operações dos três municípios estão cobertas por garantias da união, ou vinculadas a algum recebimento.

É importante afirmar que após análise dos municípios tema do projeto e alguns municípios importantes no Brasil, vê-se que mesmo já possuindo muitos financiamentos em execução com fontes internacionais, há um montante considerável de operações ainda com status de negociação do contrato ou assinatura, portanto caminhando para o aumento no número de projetos em execução.

Há ainda entre os municípios pesquisados, uma cautela quanto à prospecção de fontes com origens externas. Através dos dados analisados vemos que a grande maioria das operações usou fontes internas de recursos. A partir de 2004, Florianópolis capta seu primeiro financiamento externo e os demais municípios catarinenses começam a “expor-se” também. Além de Joinville e Chapecó, os municípios de Balneário Camboriu, Lages, São Bento do Sul e Itajaí possuem aprovação da COFIEX para realizarem seus requerimentos.

O financiamento externo para fins de desenvolvimento ganha papel importante, porém os municípios se endividam pouco, evidenciando a falta de conhecimento e de recursos humanos capacitados. Com o este tipo de financiamento, o município pode antecipar a renda e investir mais rapidamente em projetos essenciais.

A responsabilidade determinada pela LRF fez com que os administradores públicos passassem a direcionar esforços na intenção de diminuir riscos causados pela improbidade administrativa. Com a possibilidade da obtenção de financiamentos para a conclusão de projetos importantes, os municípios podem utilizar tais créditos sem a preocupação de se endividar a curto prazo, ou seja, eles conseguem dentro da lei postergar pagamentos e ao mesmo tempo contribuir para o desenvolvimento do município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto. **“A experiência brasileira em planejamento econômico: Uma síntese histórica”**. Pralmeida,2004. Disponível em <<http://www.pralmeida.org/>> Acessado em 15 de outubro de 2007.

BEI. **O Banco de Investimento Europeu e o Brasil: Relatório de 2006**. Disponível em <[http:// www.eib.org/projects/publications/](http://www.eib.org/projects/publications/)> Acessado em 03 de janeiro de 2008.

BEI. **Projects & Loans**. Disponível em <<http://www.eib.org/>> Acessado em 03 de janeiro de 2008.

BID: **Produtos Financeiros**. Disponível em < <http://www.iadb.org/>> Acessado em 08 de janeiro de 2008.

BIRD: **Projetos e Programas**. Disponível em < <http://www.bancomundial.org.br/>> Acessado em 06 de janeiro de 2008.

BNDES: **Programas**. Disponível em < <http://bndes.gov.br/programas/programas.asp> > Acessado em 12 de janeiro de 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Financiamento para o subdesenvolvimento : o Brasil e o segundo consenso de Washington**. Disponível em < <http://www.bresserpereira.org.br/>> Acessado em 16 de novembro de 2008.

BRDE. **Financiamentos**. Disponível em < <http://www.brde.com.br/fin.asp> > Acessado em 12 de janeiro de 2008.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável**. Disponível em < <http://www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/PublicacoesIIICA/SergioBuarque.pdf> >. Acesso em 02 de janeiro de 2008.

CAF. **Productos Y Servicios.** Disponível em < <http://www.caf.com/view/index.asp?ms=11> > Acessado em 18 de janeiro de 2008.

CLETO, Carlos Ilton. **Taxa de juros: de onde veio e para onde nos leva.** Disponível <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_fae_business/n1_dezembro_2001/ambeconomico_taxajuros.pdf.> Acesso em 12 de dezembro de 2007.

COFIEIX: **Financiadores.** Disponível em < <http://www.planejamento.gov.br/>> Acessado em 14 de dezembro de 2007.

DINIZ, Clélio Campolina. **Texto para Discussão Nº 159: A Questão Regional e as Políticas Governamentais no Brasil.** CEDEPLAR, 2001.

ECONOMAGIC. **Libor Data.** Disponível em < <http://economagic.com/libor.htm> > Acessado em 02 de fevereiro de 2008.

FONPLATA. **Proyectos por País.** Disponível em < http://www.fonplata.org/www/ver_item1.php?accion=ver&pw=59 > Acessado em 05 de janeiro de 2008.

FONPLATA. **Productos.** Disponível em < <http://www.fonplata.org/> >. Acessado em 05 de janeiro de 2008.

GIAMBIAGI, F. ALEM, A. C.. **Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil:** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.

HADDAD, Paulo Roberto. **Participação, justiça social e planejamento.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980. 144p.

IBGE: **Cidades.** Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php> > Acessado em 08 de janeiro de 2008.

JBIC. **Menu de Apoio Financeiro.** Disponível em < <http://www.jbic.org.br/>> Acessado em 09 de janeiro de 2008.

KFW. **Projectos.** Disponível em < http://www.kfw-entwicklungsbank.de/EN_Home/LocalPresence/LatinAmeri90/Brazil48/Projectos.js > Acessado em 12 de janeiro de 2008.

KOBAYASHI, Thiago Callado. **Os efeitos da Lei de responsabilidade Fiscal sobre os municípios de Santa Catarina.** Florianópolis, 2005. (Monografia) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico.

MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Assuntos Internacionais.** Disponível em < http://www.planejamento.gov.br/assuntos_internacionais/index.htm > Acessado em 05 de dezembro de 2007.

OLIVEIRA, Thiago Paulo Silva de. **Planejamento Público Local e Fontes de Financiamento para Projetos de desenvolvimento:** A Evidencia no caso de Florianópolis. Florianópolis,2007. (Monografia) Universidade Federal de Santa Catarina.

PEREIRA, Jose Matias. **Finanças Públicas:** A Política Orçamentária no Brasil. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ. Disponível em < <http://www.chapeco.sc.gov.br/> > Acessado em 04 de dezembro de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Disponível em < <http://www.pmf.sc.gov.br/> > Acessado em 01 de dezembro de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Disponível em < <http://www.joinville.sc.gov.br/> > Acessado em 14 de dezembro de 2007.

REZENDE, Fernando. **Finanças Públicas.** São Paulo: Editora Atlas,2001.

SILVA, Camila Santos. **Investimento e Financiamento da Infra-Estrutura Rodoviária no Brasil:** Uma análise das Parcerias Público Privadas. Florianópolis,2006. Universidade Federal de Santa Catarina.

TESOURO NACIONAL. Disponível em < <http://www.tesouro.fazenda.gov.br> > Acessado em 10 de dezembro de 2008.

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA: **Municípios**. Disponível em < <http://www.tce.sc.gov.br/> > Acessado em 28 de dezembro de 2007.

VAINER, Ari et all. Plano Plurianual: **Passo a Passo da elaboração do PPA para os Municípios**. Disponível em < <http://planejamento.gov.br/> > Acessado em 04 de novembro de 2007.

ANEXO: Modelo de Carta Consulta e Manual de Preenchimento

1 – MODELO DE CARTA-CONSULTA E MANUAL DE PREENCHIMENTO

A Carta-Consulta é dividida em quatro (4) grandes itens:

- 1 - Informações Gerais da Proposta
- 2 - Justificativas e Apresentação da Proposta
- 3 - Informações Específicas relativas à Proposta
- 4 - Informações sobre o(s) Mutuário(s), Executor(es) e Co-Executor(es)
- 5 - Detalhamento Físico-Financeiro da Proposta
- 4 - Responsáveis pelo Contato com a Secretaria-Executiva da COFIEIX

1.1 INFORMAÇÕES GERAIS DA PROPOSTA

1.1.1 TÍTULO DO PROJETO

Atribuir nome ao projeto. O título adotado deve traduzir, de forma sintética, o tema central do projeto proposto.

Obs.: O título atribuído ao projeto é o título que constará na Recomendação COFIEIX, caso a preparação da carta-consulta seja aprovada. Qualquer alteração no título do projeto, durante a sua preparação com o Agente Financiador, deverá ser submetida, novamente, à apreciação daquela Comissão.

1.1.2 TÍTULO ABREVIADO OU SIGLA DO PROJETO

Registrar, se houver, o título abreviado (apelido) ou sigla utilizada no dia-a-dia ao referir-se ao projeto.

1.1.3 CUSTO TOTAL E FONTES DE RECURSOS

Apresentar, conforme o Quadro de Custo Total e Fontes de Recursos abaixo, o custo total do projeto, discriminando fonte(s) externa(s) e interna(s), indicando seus valores e respectivos percentuais de participação no financiamento do custo total.

Atenção: As informações necessárias ao preenchimento deste quadro deverão ser retiradas do Cronograma Anual Físico-Financeiro, elaborado conforme o Quadro III.

Caso o projeto inclua, na fonte interna, recursos oriundos de terceiros, deverá ser apresentada a adesão, por escrito, da referida fonte.

QUADRO DE CUSTO TOTAL E FONTES DE RECURSOS

DISCRIMINAÇÃO	VALORES	%
(1) FONTE(S) EXTERNAS		
a		
b		
SUBTOTAL (1)		
(2) FONTE(S) INTERNA(S)		
a		
b		
SUBTOTAL (2)		
TOTAL (1+2)		100%

1.1.4 PRAZO DE EXECUÇÃO

Explicitar o prazo total de execução. Caso o projeto tenha sido planejado para ser executado em mais de uma fase, explicitar o prazo estimado para cada uma delas.

1.1.5 INDICAÇÃO DA MOEDA E TAXA DE CÂMBIO

Quando se tratar de financiamento oriundo de agência governamental estrangeira, caso seja conhecida a moeda na qual se pretende contratar o empréstimo, indicar sua denominação (dólar, euro, iene ou outra moeda) e a paridade cambial dessa moeda em relação ao dólar (Exemplo: US\$ 1,00 = € 1,30)

1.2 JUSTIFICATIVAS E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**1.2.1 JUSTIFICATIVAS****1.2.1.1 Descrição da Situação-Problema**

Identificar o problema ou os problemas que, no âmbito do projeto candidato a financiamento externo, propõe solucionar ou minorar, descrevendo clara e sucintamente a situação-problema atual, apresentando dados numéricos que a caracterizem e demonstrando a relevância do problema ou, se for o caso, de cada problema com relação ao desenvolvimento socioeconômico em nível local, regional ou nacional.

1.2.1.2 Justificativa para a Solicitação de Financiamento Externo

Apresentar elementos que justifiquem a solicitação de recursos externos para financiar o projeto.

1.2.1.3 Justificativa para a Escolha da Fonte Externa

Apresentar elementos que justifiquem a escolha da fonte externa indicada no subitem 1.3 acima.

1.2.2 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

1.2.2.1 Objetivo(s) Geral(is)

Identificar o(s) objetivo(s) geral(is), constitui(em)-se o alvo ou situação-problema do projeto.

1.2.2.2 Objetivo(s) Específico(s)

Identificar o(s) objetivo(s) específico(s), do projeto, exclusivamente em função das atividades implementadas no seu âmbito, tendo como referência a situação-problema descrita no item 2.1 acima e deve(m) estar necessariamente vinculado(s) ao(s) objetivo(s) geral(is). Os objetivos específicos devem ser mensurados com dados que serão avaliados no futuro para definir o sucesso do projeto (p.ex.: reduzir, em 34%, o desperdício de papel).

Obs.: Cuidado especial deve ser dado ao enunciado do objetivo específico do projeto, evitando-se utilizar termos vagos ou ambíguos.

1.2.2.3 Localização

Definir claramente a localização geográfica do projeto (local ou locais onde as ações previstas serão executadas).

1.2.2.4 Beneficiários

Identificar os beneficiários diretos e os indiretos do projeto (indivíduo, grupos, categorias econômicas e profissionais etc), quantificando-os.

1.2.3 IMPLANTAÇÃO DA PROPOSTA

1.2.3.1 Medidas Prévias à Execução de Ações Previstas no Projeto

Indicar se, previamente à execução de determinadas ações previstas no projeto, serão necessárias ou não as medidas abaixo relacionadas, que, se não equacionadas em tempo hábil, podem interferir no cumprimento do cronograma físico-financeiro estimado do projeto:

1.2.3.1.1 - Desapropriação - se houver, informar: (a) a área a ser desapropriada; (b) se a sua situação fundiária está regularizada; (c) se não regularizada, explicitar as medidas previstas para superar essa situação; e (d) o órgão responsável pela ação de desapropriação e pelo aporte de recursos.

1.2.3.1.2 Reassentamento Populacional - se houver, informar: (a) o número de famílias a serem reassentadas; (b) o local onde serão reassentadas, indicando se próximo ou distante do local em que estavam; (c) se a sua situação fundiária está regularizada; (d) se não, explicitar as medidas previstas para superar essa situação; (e) se o reassentamento é voluntário ou

involuntário; e (f) o órgão responsável pela ação de desapropriação e pelo aporte de recursos.

1.2.3.1.3 Atos Legais - informar se, previamente à execução de determinada ação do projeto, será(ão) necessário(s) ato(s) legais (convênio, contrato, decretos, regimentos, leis, etc.) e, caso necessário, em que estágio se encontram.

2.2.3.1.4 Contratação de Pessoal - informar se, previamente, à execução de determinadas ações do projeto, será necessária a contratação de pessoal, via concurso ou por outra via, especificando-a. Caso necessário, informar o número de funcionários a serem contratados e o órgão responsável pela contratação e pelo aporte de recursos.

1.2.3.2 Ações Previstas para Implementação do Projeto

Tendo como base os objetivos específicos identificados no item anterior, descrever as ações previstas que serão implementadas ao longo do período de execução do projeto, quantificando-as. As ações aqui descritas deverão estar refletidas na coluna “Componentes” e “Subcomponentes” (Ações Previstas) do “Cronograma Físico-Financeiro” (Quadro III).

Ex.: Componente A: *Obras de Esgotamento Sanitário*
 Ações Previstas: Implantação de 4 interceptores; implantação de 1 emissário de Estação de Tratamento de Esgoto.
 Componente B: *Controle de Enchentes*
 Ações Previstas: Construção de 9 bacias de amortecimento de cheias; construção de 2 canais de águas pluviais; construção de 8 pontes ao longo do córrego “X”.

1.2.3.3 Ações e Etapas Relativas ao Projeto já Realizadas ou em Realização

Informar as ações e etapas relativas ao projeto que já estão sendo implementadas, explicitando o estágio de desenvolvimento (estudos, diagnósticos, projetos básicos de engenharia, terraplanagem etc).

INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS À PROPOSTA

1.3.1 ARRANJO INSTITUCIONAL

Descrever o papel das instituições locais envolvidas diretamente com a execução do projeto, bem como daquelas que participam em nível de coordenação ou de apoio. Indicar quem será o agente financeiro do projeto e caso ele tenha alguma outra atribuição, detalhá-la, informando em que estágio encontra-se a negociação entre as partes.

1.3.2 REPASSE DE RECURSOS

Se estiver previsto o repasse de recursos a outras esferas do governo, indicar:

- a forma de repasse dos recursos (fundo perdido, sub-empréstimos e outros); e
- o instrumento jurídico que será utilizado para tal fim.

1.3.3 PARTICIPAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL, COMUNIDADES E/OU SETOR PRIVADO

Informar se está prevista, para execução de determinadas ações do projeto, a participação de sociedade civil (ONGs e OCIPs), de associações de moradores e/ou do setor privado. Caso afirmativo, informar a forma de participação e o estágio de articulação com tais entidades.

1.3.4 GASTOS COM CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ESTUDOS

Se previamente e durante a execução do projeto houver necessidade de efetuar tais gastos, justificar e detalhar as atividades, informando os recursos necessários. O total dessas despesas não deverão, em princípio, ultrapassar o percentual de 5% do custo total.

1.3.5 OPERACIONALIZAÇÃO DO INVESTIMENTO

Indicar a(s) entidade(s) que, após a conclusão do projeto, ficará(ão) responsável(is) pela operacionalização ou manutenção das obras executadas e equipamentos adquiridos no projeto e pelo aporte dos recursos necessários; informar o grau de articulação do proponente mutuário com tal(is) entidade(s) e informar, se for o caso, se haverá, durante a execução do projeto, necessidade de eventual fortalecimento institucional de alguma dessas entidades, de maneira a deixar sólidas as suas bases de atuação futura.

1.3.6 ÔNUS E BENEFÍCIOS DECORRENTES DO PROJETO

Informar os ônus e benefícios, resultantes das ações do projeto que afetem: a entidade executora e co-executora(s); a saúde, a segurança e o bem estar da população alvo; as atividades sociais e econômicas; a qualidade dos recursos ambientais.

1.3.7 IMPACTO AMBIENTAL

Indicar, quando houver, os impactos ambientais positivos e negativos previstos, resultantes das ações do projeto, que afetem: (a) populações indígenas; (b) áreas de interesse especial, tais como as de proteção aos mananciais ou ao patrimônio histórico, cultural, paisagístico e arqueológico; e (c) unidades de conservação. Existindo algum tipo de impacto negativo, informar (i) as medidas previstas para a sua mitigação; (ii) os responsáveis pela sua adoção; e (iii) o estágio de negociação com os órgãos responsáveis pela gestão ambiental.

1.4 INFORMAÇÕES SOBRE O MUTUÁRIO, EXECUTOR E CO-EXECUTOR(ES)

1.4.1 INFORMAÇÕES SOBRE O MUTUÁRIO

1.4.1.1 Identificação do Mutuário

Identificar a pessoa jurídica de direito público interno, que será responsável pelo pagamento do principal e demais encargos financeiros decorrentes da contratação do empréstimo externo.

Possíveis Mutuários: União, Governos Estaduais, Governos Municipais, Empresas Públicas e Empresas de Economia Mista

1.4.1.2 Experiências do Mutuário com Organismos Financeiros Multilaterais e Agências Governamentais Estrangeiras

Preencher o Quadro I, ao modelo da Carta-Consulta, na parte relativa ao mutuário, discriminando as experiências com organismos internacionais, nos últimos dez

(10) anos, indicando: (A) o nome da agência financiadora internacional; (B) o título do projeto; (C) o número de identificação do contrato; (D) o valor do empréstimo e dos desembolsos já realizados até a data de elaboração da Carta-Consulta; (E) o percentual desembolsado; e (F) os prazos de execução (número de anos) decorridos, em termos do previsto originalmente e do tempo efetivo de execução.

Atenção:

- (a) *Caso o projeto ainda esteja sendo implementado, explicitar a expectativa de término de execução, na coluna "Prazo de Execução Efetiva";*
- (b) *Quando o mutuário for a União, o proponente mutuário da operação de financiamento externo deverá apresentar as suas próprias experiências com organismos financeiros multilaterais e agências governamentais estrangeiras.*

1.4.1.3 Informações a Serem Prestadas Exclusivamente Quando o Mutuário for Estado, Distrito Federal ou Município

Quando a Carta-Consulta referir-se a projetos cujo mutuário seja um Estado, Distrito Federal ou um Município, deverão ser prestadas as seguintes informações específicas:

- Demonstrativos Contábeis referentes ao último exercício;
- Balanços Patrimonial, Financeiro e Orçamentário;
- Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Demonstrativo da Receita e da Despesa desagregadas; e
- Cronograma de Compromisso do Estado ou Município proponente mutuário, contendo a posição atualizada do perfil da dívida total (externa e interna) a ser apresentado conforme o Quadro II, com indicação, em separado, da dívida da administração indireta de responsabilidade daquela administração direta.

1.4.1.4 Informações a Serem Prestadas Quando o Mutuário For Empresa Pública (Federal, Estadual ou Municipal)

As empresas deverão apresentar, anexa à proposta, as informações discriminadas a seguir:

- Cópia das demonstrações contábeis relativas aos dois últimos exercícios;
- Balanços Patrimonial, Financeiro e Orçamentário;
- Demonstrativo das Variações Patrimoniais; e
- Demonstrativo das Receitas e Despesas desagregadas.

1.4.1.5 Indicação de Contragarantias

Quando o mutuário for Estado, Distrito Federal, Município ou entidades estaduais e municipais, informar as contragarantias que o interessado pretende vincular ao aval da União, nos termos da Resolução n.º 96 do Senado Federal, de 15.12.1989, publicada no Diário Oficial da União de 29.12.89, Seção I, página 24.784.

1.4.2 INFORMAÇÕES SOBRE O EXECUTOR E CO-EXECUTOR (ES)

1.4.2.1 Identificação do Executor

Identificar o órgão ou entidade pública que se relacionará com a agência financiadora no tocante à implementação do projeto proposto, seja na função de executor direto do Projeto ou na função de coordenação das várias ações previstas no projeto. Incluir:

- a) Informações gerais sobre o órgão executor;
- b) Infra-Estrutura disponível para execução do projeto;
- c) Recursos Humanos disponíveis para gerenciamento e execução do projeto. Informar se executarão as atividades do projeto com dedicação exclusiva, ou em serviço, ou em tempo parcial.

Obs.: Se prevista, para o gerenciamento ou execução do projeto, a contratação de consultores, porque os recursos humanos disponíveis são escassos para realização dos serviços administrativos, financeiros e técnicos, informar como será feita a transferência de responsabilidades, de maneira a garantir a auto-sustentabilidade e a continuidade da operação após a conclusão do projeto.

1.4.2.2 Identificação de Co-Executor (es)

Identificar todas as instituições que participarão na execução das ações previstas no projeto como co-executor(as), ou seja, parceira(s) da entidade executora, integrando-se à sua equipe. Incluir:

- a) informações gerais sobre a(s) instituição(ões) co-executora(s);
- b) forma de participação e, se for o caso, informar o(s) componente(s) ou sub-componente(s) do projeto que contará(ão) com participação da instituição co-executora.

1.4.2.3 Experiências do executor e do(s) co-executor(es) com organismos multilaterais e agências governamentais estrangeiras

No Quadro I, discriminar todos os projetos com financiamento externo em que tanto o executor como o co-executor participaram, informando o nome da agência financiadora internacional, o título do projeto, o número de identificação do contrato, o valor do empréstimo e dos desembolsos já realizados até a data de elaboração da Carta-Consulta, o percentual desembolsado e os prazos de execução (número de anos) decorridos, em termos do previsto originalmente e do tempo efetivo de execução.

Atenção:

- (a) *Caso o executor ou co-executor tenha sido responsável pela implantação de apenas parte específica do projeto, indicar na coluna "Título do Projeto", o nome do projeto, o Mútuario da operação, e as ações que estiveram/estão sob sua responsabilidade. Também as informações relativas a valores e prazos de execução devem corresponder às ações sob responsabilidade do executor ou co-executor;*
- (b) *Caso o projeto ainda esteja sendo implementado, explicitar a expectativa de seu encerramento, na coluna "Prazo de Execução Efetivo"; e*
- (c) *Estará dispensado de prestar as informações solicitadas neste subitem o executor que tiver participado de projeto já apresentado no subitem 1.4.1.1. Nesse caso, deverá apenas indicar o título do(s) projeto(s) em que atuou como Executor.*

1.4.2.4 Ações necessárias para fortalecimento institucional do executor e do(s) co-executor(es)

Explicitar, se haverá ou não:

- (a) previamente à execução do projeto, eventual necessidade de ações de fortalecimento institucional do Executor e/ou Co-Executores, objetivando sua melhor capacitação na implementação do projeto;
- (b) para que os objetivos do projeto sejam alcançados, eventual necessidade, tanto com referência ao Executor como, se houver, ao(s) Co-Executor(es), de reformas administrativas, treinamento, contratação de pessoal, via concurso público, e outras ações correlatas.

1.5 DETALHAMENTO FÍSICO-FINANCEIRO DA PROPOSTA

1.5.1 CRONOGRAMA ANUAL FÍSICO-FINANCEIRO

Todo o detalhamento físico-financeiro do projeto deve ser indicado neste item, mediante a elaboração do Cronograma Anual Físico-Financeiro, conforme [Quadro III](#).

O cronograma anual físico-financeiro deve ser elaborado, adequando as colunas com o número de fontes de recursos e com o prazo de execução do projeto (ano I, ano II,...), observando as seguintes instruções:

1.5.1.1 COMPONENTES

São categorias gerais de gastos em que o projeto está dividido.

Obs.: Conforme exemplo do subitem 1.3.2 deste Anexo, dois dos componentes seriam, dentre outros:

1. OBRAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO
2. CONTROLE DE ENCHENTES

1.5.1.2 SUB-COMPONENTES

São categorias específicas de gastos dentro dos componentes.

Obs.: Conforme exemplo do subitem 2.3.2 deste Anexo, os sub-componentes referentes aos componentes acima seriam, dentre outros:

No componente 1:

Implantação de Interceptores

Implantação de Emissário de ETE

No componente 2:

Construção de Bacias de Amortecimento de Cheias

Construção de Canais de Águas Pluviais

Construção de Pontes ao longo do Córrego "x".

1.5.1.3 FONTES DE RECURSOS

Distinguir no cronograma as fontes externas e internas e adequar as colunas do quadro ao número de fontes utilizadas no projeto.

Atenção:

Recursos oriundos de fontes externas não deverão ser utilizados para financiar despesas de custeio, exceto naqueles projetos das áreas sociais (saúde, educação e ambiental), para os quais deverão ser observadas as seguintes instruções:

(a) As despesas de custeio relativas a itens comprovadamente instrumentais e essenciais à estrutura e ao desenvolvimento do projeto poderão ser financiadas com recursos externos, desde que o financiamento para tais itens se apresente declinante ao longo do prazo de execução do projeto, e que essas atividades, no último ano de sua implementação, sejam totalmente financiadas com recursos próprios do(s) interessado(s).

(b) As despesas de custeio com pessoal, encargos sociais e atividades típicas de manutenção relativas ao desenvolvimento do projeto deverão ser financiadas exclusivamente com recursos de contrapartida nacional.

1.6 RESPONSÁVEIS PELO CONTATO COM A SECRETARIA-EXECUTIVA DA COFIEIX

Para obtenção de informações relativas ao projeto, preencher os dados solicitados no Anexo 1, do Manual de Financiamento Externos, relativos:

- (1) ao coordenador do projeto (titular);
- (2) ao seu substituto eventual.

TITULAR

NOME: _____
 CARGO: _____
 ÓRGÃO: _____
 TELEFONE: _____
 ENDEREÇO: _____
 CEP: _____
 FAX: _____
 E-MAIL: _____

SUBSTITUTO

NOME: _____
 CARGO: _____
 ÓRGÃO: _____
 TELEFONE: _____
 ENDEREÇO: _____
 CEP: _____
 FAX: _____
 E-MAIL: _____

ATENÇÃO: Os valores a serem apresentados em QUADROS contidos na carta-consulta deverão estar expressos em mil dólares americanos (US\$ mil) e a taxa de câmbio adotada deve ficar explícita.

